



Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Administração Pública e Ciência Política
Curso de Licenciatura em Ciência Política

Trabalho de Fim do Curso

Da retórica à prática: análise das dinâmicas de acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão dentro dos partidos políticos moçambicanos a partir das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM (2014-2024)

Licencianda:

Hortência Fernando Franco

Supervisor

Baltazar Muianga, PhD.

Maputo, Outubro de 2025

Hortência Fernando Franco

Da retórica à prática: análise das dinâmicas de acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão dentro dos partidos políticos moçambicanos a partir das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM (2014-2024)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor

Baltazar Muianga, PhD.

Maputo, Outubro de 2025

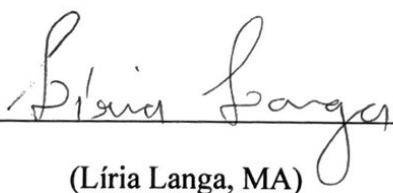
Hortência Fernando Franco

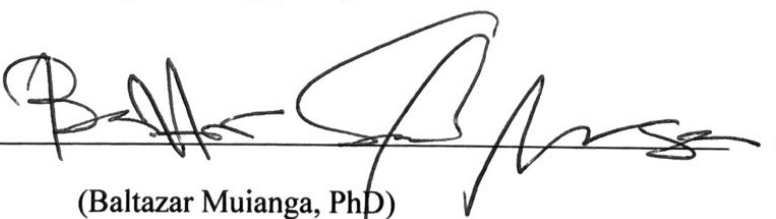
Da retórica à prática: análise das dinâmicas de acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão dentro dos partidos políticos moçambicanos a partir das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM (2014-2024)

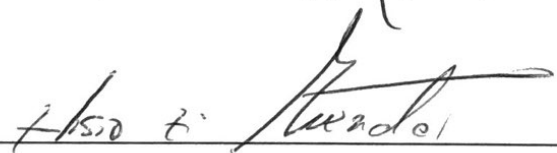
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política na Universidade Eduardo Mondlane

Data de Aprovação: 29 / 10 / 2025

O Júri:

A PRESIDENTE: 
(Líria Langa, MA)

O SUPERVISOR: 
(Baltazar Muianga, PhD)

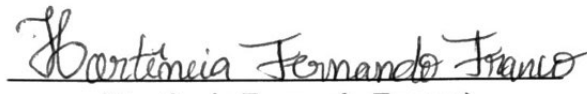
O Oponente: 
(Elísio Muendane, MA)

Maputo, Outubro de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Hortência Fernando Franco**, declaro por minha honra, que este trabalho de conclusão de curso nunca foi apresentado de forma parcial ou integral, em nenhuma instituição, para obtenção de qualquer grau académico. O mesmo constitui produto da minha investigação pessoal, estando indicadas ao longo do texto e nas referências bibliográficas, as fontes consultadas para a sua elaboração.

A licencianda


(Hortência Fernando Franco)

Maputo, Outubro de 2025

DEDICATÓRIA

“O luto é um tipo de educação cruel. Aprende-se como o luto pode ser pouco gentil, como é cheio de raiva (...). O luto não é uma coisa velada; é substancial, opressivo. O peso é maior de manhã, depois de dormir: um coração de chumbo, uma realidade teimosa que se recusa a ceder”.

Chimamanda Ngozi Adichie. *Notes on Grief*. 2021.

Dedico este trabalho às duas mulheres que quis o destino que fossem minhas maiores escolas de amor (*em memória*):

À **Hortência Massango**, minha avó e *chará*, que ensinou-me que o amor transcende a vida, pois a amo mesmo nunca tendo a conhecido.

À **Márcia Macamo**, minha mãe e melhor amiga, que ensinou-me que o amor transcende a morte, pois a amo mesmo não mais podendo compartilhar a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu pai, Fernando Franco, pelo investimento incansável na minha educação, e acima de tudo, por ser a minha maior fonte de inspiração. Às minhas duas mães, Adelaide Matola e Maria Muthemba, bem-hajam!

Aos meus “segundos pais e avôs”, *pavô* Joaquim Massango e *mavó* Inocência Mazuze, por terem me acolhido durante os anos de formação, pelos conselhos e carinho. Ao Bino, ao meu afilhado e pupilo, Denny (mais velho de dez), ao mano Telinho (Dr. Tilério Massango), por ter me mostrado o campus da UEM, abraçado à porta da sala do exame de admissão, providenciado apoio, inclusive do seu grupo de *mazas*, e à toda família Massango, muito obrigada.

Aos meus tios, meus suportes, Neusa Massango, Carlos Jalaje, Hénia Matola e Paula Zitha. Aos meus irmãos: Yuren Franco, por ter perdido noites a transcrever todas as minhas entrevistas; ao Weslénio Franco e Fernando Franco Júnior, por sempre acreditarem na mana, avante!

À minha filha Regina Mondlane, por ouvir todos os meus desabafos e ser a minha motivação.

Aos meus amigos e irmãos que sempre me incentivaram: do grupo de infância (Caren Franco, José Covane, Jennifer Winnie, Elisa da Páscoa, Eunice Romão, Isabel Cuna e Maria Augusto); da “*Rich Gang*” (Cídia Chissungu, Mércia Chambule e Aly Caetano); das “filhas de Joana Simeão” (Géssica Macamo e Roda Mondlane); do “Matabicho feminista” (Chelsea Zualo). Ao Ulisses Langa e Arsénio Nhaquila pelas milhares de fichas impressas e por todo o apoio. Ao Inocência Maunze, por ter segurado com força na minha mão e nunca ter me deixado desistir.

Ao meu supervisor, Baltazar Muianga, pela orientação firme e confiança no meu potencial, e ao corpo docente dos Departamentos de Ciência Política, Administração Pública e Sociologia, pela formação para a vida, em particular, José Macuane, Líria Langa, Jaime Guiliche, Elísio Muendane, Domingos do Rosário, Zefanias Matsimbe, João Pereira, Sélcia Lumbela, Sitao Rota, Anísio Buanaissa, Rehana Capurchande, Humberto Macamo e Adelino Pimpão.

A família que a Universidade me deu - Mauro Tsandzane, Américo Maluana, Francisco Mbendzane, Rúben Ucucho, Timóteo Bene, Júlio Rito, Pérola Mazonda, Leopoldina Hanhane, Carlos Siteo, Jaime Miambo, Cliff dos Santos e Horton Manhiça. Igualmente aos companheiros da lista “B” pela coragem de fazer história no movimento estudantil, em particular ao Luís Magaia por ter me desafiado a fazer parte deste processo – fomos os verdadeiros vencedores!

Ao IMD e à Be Girl, verdadeiras incubadoras profissionais que me lapidaram, em especial à Lorena Mazive, Osman Cossing, Nizia Osman, Diana Sierra, Joaquina Muchinga, Eleutéria Nhatava, Júlia Mganyasi e Cristina Brito.

À Professora Conceição Osório, aos partidos Frelimo, Renamo e MDM, pela abertura, paciência e informações partilhadas. À minha comunidade de Boane, pelo encorajamento.

À todos que, de algum modo, caminharam comigo nesta etapa, o meu verdadeiro *khanimambo*!

EPIÍGRAFE

*“Achieving true gender equality requires direct measures to be implemented at all levels
including from inside political parties.”*

*(“Alcançar a verdadeira igualdade de género requer a implementação de medidas directas
em todos os níveis, incluindo no interior dos partidos políticos.”)*

Dr. Joyce Hilda Banda

Antiga Presidente da República do Malawi (2012 – 2014)

RESUMO

A participação política das mulheres em órgãos de tomada de decisão é um dos pilares do aprofundamento democrático e do desenvolvimento inclusivo. Contudo, apesar de representarem cerca de metade da filiação partidária, as mulheres continuam a deter apenas uma fracção das posições de liderança, um padrão visível globalmente, em África e em Moçambique. Assim, analisar o acesso das mulheres à órgãos centrais como as comissões políticas, é fundamental para compreender como se configuram as dinâmicas de poder e género na arena política. Esta pesquisa procura preencher uma lacuna na literatura, que privilegia a representação parlamentar e executiva, e deixa pouco explorada a dimensão intrapartidária, particularmente os órgãos centrais de decisão. O quadro teórico, à luz do Institucionalismo Histórico e Feminista, analisa como legados institucionais, normas de género e agência feminina moldam o acesso das mulheres às comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 e 2024, considerando ainda antecedentes históricos e institucionais desde a constituição dos partidos políticos, que ajudam a compreender a persistência e transformação das dinâmicas de género no seu interior. Através da metodologia qualitativa, com recurso à análise documental e entrevistas semiestruturadas, o estudo revela que, apesar da presença histórica das mulheres nos três partidos e da criação de organizações femininas internas, a sua participação nas comissões políticas permanece limitada e frequentemente simbólica, o que reproduz hierarquias de género enraizadas. Concomitantemente, registam-se manifestações de agência em que mulheres reclamam e conquistam espaços, ainda que de forma desigual entre os partidos. Conclui-se que a sub-representação feminina resulta da interacção entre regras institucionais, redes informais e normas culturais, mas que existem oportunidades para mudanças graduais impulsionadas por pressões internas e externas.

Palavras-chave: partidos políticos; comissões políticas; género; dinâmicas de acesso, Moçambique.

ABSTRACT

Women's political participation in decision-making spaces is a cornerstone of democratic deepening and inclusive development. However, despite representing nearly half of party membership, women continue to hold only a fraction of leadership positions, a global pattern that also holds true in Africa and Mozambique. Thus, analyzing women's access to central organs such as the executive committees, is key to understanding how the power and gender dynamics are configured within the political arena. This study addresses a gap in the literature, which is largely focused on parliamentary and executive representation, while leaving the intraparty dimension, particularly central decision-making, underexplored. The theoretical framework, grounded in Historical and Feminist Institutionalism, examines how institutional legacies, gender norms, and female agency shape women's access to the executive committees of Frelimo, Renamo, and MDM between 2014 and 2024, while also considering historical and institutional antecedents since the formation of these parties, which help to explain the persistence and transformation of gender dynamics within them. Through qualitative methodology, using documentary analysis and semi-structured interviews, the study reveals that, despite the historical presence of women in all three parties and the creation of internal women's organizations, their participation in executive committees remains limited and often symbolic, reproducing entrenched gender hierarchies. Yet, instances of agency show how women have claimed and secured spaces, albeit unevenly across parties. The study concludes that female underrepresentation results from the interaction of institutional rules, informal networks, and cultural norms, but also that opportunities for gradual change exist through internal and external pressures.

Keywords: political parties; executive committees; gender; access dynamics; Mozambique.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACOLDE	Associação dos Combatentes da Luta pela Democracia
CEDAW	Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação
DF	Destacamento Feminino
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IDG	Índice de Desigualdade de Género
LIFEMO	Liga Feminina de Moçambique
MANU	União Nacional Africana Moçambicana
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MULEIDE	Mulher, Lei e Desenvolvimento
NDI	National Democratic Institute (Instituto Nacional Democrático)
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
PARP	Plano de Acção para Redução da Pobreza
PGEI	Política de Género e Estratégia da sua Implementação
PM	Primeiro-Ministro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PODEMOS	Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PR	Presidente
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SG	Secretário(a)-Geral
SGCV	Secretário(a)-Geral do Comité de Verificação
UDENAMO	União Nacional Democrática de Moçambique
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente

SUMÁRIO

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
EPIÍGRAFE.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	vii
CAPÍTULO I.....	1
1. Introdução.....	1
1.1. Delimitação do tema.....	3
1.2. Objectivos.....	4
1.3. Justificativa.....	5
CAPÍTULO II.....	6
2. Contextualização histórica da participação política das mulheres.....	6
2.1. Enquadramento legal do princípio de igualdade de género.....	8
CAPÍTULO III.....	12
3. Da revisão de literatura à problematização.....	12
3.1. Revisão de literatura.....	12
3.1.1. Igualdade de género e democracia.....	12
3.1.2. Partidos políticos como o centro da promoção de igualdade de género.....	13
3.1.3. Dinâmicas internas dos partidos políticos na promoção de igualdade de género.....	15
3.2. Problematização.....	20
3.2.1. Pergunta de partida:.....	21
3.2.2. Hipótese central.....	21
CAPÍTULO IV.....	22
4. Enquadramento teórico e conceptual.....	22
4.1. Quadro teórico.....	22
4.1.1. Institucionalismo histórico: legado, dependência e permanência.....	22
4.1.2. Institucionalismo feminista: género como categoria analítica.....	24
4.2. Quadro conceptual.....	26
4.2.1. Partidos Políticos.....	26
4.2.2. Comissões políticas.....	26

4.2.3. Género e instituições genderizadas	27
4.2.4. Igualdade de género	27
4.2.5. Participação política e dinâmicas de poder	28
CAPÍTULO V	29
5. Metodologia	29
5.1. Método de pesquisa.....	29
5.2. Método de procedimento.....	29
5.3. Técnicas de recolha de dados	30
5.4. Técnica de amostragem e grupo alvo	30
5.5. Técnica de análise de dados	31
5.6. Questões Éticas.....	32
5.7. Limitações encontradas e estratégias adoptadas durante a pesquisa	32
Capítulo VI	34
6. Apresentação e Discussão dos Resultados	34
6.1. Evolução histórico-institucional da participação das mulheres nos partidos políticos moçambicanos: Frelimo, Renamo e MDM	34
6.2. Evolução da participação quantitativa feminina nas comissões políticas.....	40
6.2.1. Composição em género das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM	41
6.2.2. Comparações entre os partidos e identificação de tendências	43
6.3. Perfis e mecanismos de acesso das mulheres às comissões políticas	44
6.3.1. Perfil sociopolítico dos entrevistados das comissões políticas.....	44
6.3.2. Mecanismos formais de acesso: estatutos, quotas e normas internas	47
6.3.3. Mecanismos informais de acesso: redes, negociações internas, apoio partidário	50
6.4. Percepções de membros partidários sobre o papel, os incentivos e os desafios das mulheres nas comissões políticas	52
6.4.1. Percepções sobre o papel das mulheres nos espaços de tomada de decisão	52
6.4.2. Incentivos e desafios ao acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão como a comissão política.....	54
7. Conclusão e Recomendações	57
8. Referências Bibliográficas	61
9. Anexos	75

CAPÍTULO I

1. Introdução

Em democracias representativas modernas, existem diversas formas de participação e ascensão a órgãos de tomada de decisão política. Em Moçambique, tal como em vários países africanos, os partidos políticos desempenham um papel central nesse processo, uma vez que, ao exporem os cidadãos à política, “são actores críticos na socialização, recrutamento, nomeação e eleição de candidatos a cargos públicos, e na transmissão dos princípios do procedimento democrático” (Kayuni, Chikadza, 2016:n.p; Catón, 2007:5).

Neste contexto, “os partidos políticos são meios estratégicos para a promoção da participação das mulheres na política, pois o acesso ao poder político e à tomada de decisões começa normalmente ao nível interno dos mesmos” (Kayuni, Chikadza, 2016:n.p), sendo assim necessário que as agendas políticas nacionais, como a de igualdade de género, estejam reflectidas também na agenda política interna dos partidos. No entanto, a literatura internacional e africana tem apontado que, embora as mulheres constituam cerca de metade das bases de filiação partidária, sua presença em órgãos de decisão interna é desproporcionalmente baixa, raramente ultrapassando 10-15% dos cargos de liderança (Ballington, 2012: Prefácio PNUD; EIGE, 2017:n.p; Tripp, 2019:1). Pesquisas sublinham que as barreiras não são apenas numéricas, mas estruturais, pois envolvem processos de selecção pouco transparentes, redes informais de poder e normas de género que limitam a ascensão feminina (Kandawasvika-Nhundu, 2013:6).

Moçambique é frequentemente apontado como um dos países africanos com maior representação feminina no parlamento e executivo, e possui um quadro político-legal que consagra a igualdade de género desde a Constituição de 1975 (Art. 17.º), reforçado nas constituições de 1990 (Art. 67.º) e de 2004 (Art. 36.º) (Massava, 2021:2). Além disso, o país ractificou instrumentos internacionais e regionais relevantes, como a CEDAW e o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, e aprovou políticas nacionais como a Política de Género e Estratégia da sua Implementação (Osório; Macuácuá, 2015:20-23). Todavia, persistem assimetrias: o Índice de Desigualdade de Género (IDG) continua elevado e, no plano intrapartidário, a presença das mulheres em órgãos centrais de decisão, como as comissões

políticas, permanece limitada e condicionada por dinâmicas formais e informais (Chipenembe; Muianga, 2023:235).

Neste contexto, a pesquisa analisa as dinâmicas de acesso das mulheres às comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 a 2024, considerando antecedentes históricos desde a constituição dos mesmos que ajudam a explicar a evolução das suas dinâmicas de género. A escolha destes três partidos justifica-se pela sua relevância política e representatividade no período em análise, a Frelimo enquanto partido no poder, a Renamo como principal força da oposição e o MDM como terceira maior força parlamentar. Assim, as comissões políticas são aqui tomadas como o principal objecto de análise, enquanto órgãos de deliberação central dos partidos, responsáveis por definir estratégias, indicar candidatos e orientar a actuação política global das formações partidárias. Analisar a sua composição e funcionamento permite identificar como as dinâmicas internas influenciam o acesso feminino aos espaços de decisão.

Do ponto de vista analítico, esta pesquisa ancora-se no institucionalismo histórico, que permite compreender como regras e escolhas institucionais passadas moldam a actual composição das comissões políticas através de processos de *path dependence* (Hall; Taylor, 1996:194-200; Limongi, 1994:8), e no institucionalismo feminista, que examina como as instituições reproduzem normas de género e relações de poder que influenciam a distribuição de oportunidades entre homens e mulheres (Mackay, Kenny, Chappell, 2010:580-582; Waylen, 2009:12). A combinação destas lentes permite não só identificar constrangimentos estruturais, mas também oportunidades de mudança.

Por fim, em termos metodológicos, a investigação caracteriza-se como qualitativa e de natureza exploratória, apropriada para compreender fenómenos sociais complexos a partir das percepções dos actores envolvidos (Creswell, 2014:42; Gil, 2010:21). Adoptou-se o estudo de caso das comissões políticas das três formações partidárias, pela sua centralidade na definição das orientações políticas e capacidade de influência sobre a participação feminina. Foram combinadas análise documental, incluindo estatutos, e entrevistas semiestruturadas a actores directamente ligados às comissões políticas (Marconi, Lakatos, 2017:188). Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo (Cardoso *et al.*, 2021:100), com triangulação entre fontes documentais e orais, de modo a assegurar maior rigor e validade dos resultados, ainda que se reconheçam limitações como o horizonte temporal, a escassez documental e a dificuldade de acesso a determinados perfis que levou a um número reduzido de entrevistas.

1.1. Delimitação do tema

A presente pesquisa, com o tema “Da retórica à prática: análise das dinâmicas de acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão dentro dos partidos políticos moçambicanos a partir das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM (2014-2024)”, delimita-se ao estudo das três formações partidárias que, durante o período em análise, dominaram o cenário político nacional e garantiram representação parlamentar relevante: a Frelimo, a Renamo e o MDM. A escolha destes três partidos justifica-se pela sua centralidade na configuração política do país até às eleições de 2024, quando surge o Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS) como novo actor com expressão parlamentar, o que altera a tradicional lógica tripartida vigente desde 2009.

Ademais, o horizonte temporal de 2014 - 2024, foi seleccionado por ser o período que abrange um ciclo político marcado por congressos, processos eleitorais e recomposições internas que tiveram impacto directo na constituição das comissões políticas e na presença das mulheres nestes espaços. No caso da Frelimo, destacam-se o congresso extraordinário de 2014, que confirmou Filipe Nyusi como candidato presidencial; o XI Congresso de 2017, que renovou a comissão política; e o Congresso de 2022, que voltou a redefinir os equilíbrios internos do partido. Já a Renamo atravessou um processo de transformação após a morte do líder do partido, Afonso Dhlakama em 2018, e passou a ser liderada por Ossufo Momade, o que implicou a recomposição da sua comissão política e novas disputas de liderança, consolidadas no congresso extraordinário de 2023. Quanto ao MDM, o partido conheceu a sua maior mudança interna em 2021 com a morte do seu fundador, Daviz Simango, e a ascensão de Lutero Simango à presidência, o que resultou em reconfigurações na comissão política e no reposicionamento estratégico em face das eleições gerais de 2024.

Para conferir maior consistência analítica ao recorte temporal adoptado, a pesquisa incorpora também uma leitura histórica sobre a formação e evolução dos três partidos, ao destacar como as suas origens e trajectórias moldaram desde cedo o lugar das mulheres nas suas estruturas internas. A génese libertadora da Frelimo, o carácter militar da Renamo e o projecto reformista do MDM configuraram diferentes formas de inserção feminina e de institucionalização das questões de género, que continuam a influenciar o modo como estas dinâmicas se expressam entre 2014 e 2024. Dessa forma, o recorte proposto mantém o foco empírico na última década,

mas situa-o dentro de um panorama histórico mais amplo, permitindo compreender as raízes e continuidades das desigualdades de género no interior dos partidos moçambicanos.

Reconhece-se, assim, que esta abordagem complementa a análise empírica do período recente com um enquadramento histórico que reforça a coerência teórica da pesquisa e enriquece a leitura institucional, sem comprometer a clareza e a viabilidade metodológica do estudo.

1.2. Objectivos

▪ Geral

- Analisar as dinâmicas que moldam a participação das mulheres nas comissões políticas partidárias moçambicanas, com foco nos factores que favorecem ou limitam o seu acesso a esse espaço de tomada de decisão.

▪ Específicos

- Examinar a evolução histórica e a presença quantitativa feminina nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM na última década.
- Identificar os perfis e mecanismos formais e informais que condicionam o acesso das mulheres às comissões políticas.
- Explorar as percepções de membros partidários sobre o papel, os incentivos e os desafios das mulheres nas comissões políticas.

1.3. Justificativa

A escolha deste tema justifica-se, em primeiro lugar, pelo seu potencial prático e social dada a centralidade que os partidos políticos ocupam como canais privilegiados de participação e ascensão política em Moçambique. Como sublinha Wollack (in Ballington, 2012: prefácio NDI), as estruturas internas, as regras formais e informais, bem como as práticas e valores dos partidos, exercem um impacto profundo sobre o nível de participação das mulheres na vida política intra e extra partidária. Neste sentido, analisar as dinâmicas de acesso das mulheres a comissões políticas enquanto órgãos centrais de decisão interna, permite compreender os caminhos, barreiras e mecanismos que moldam essa participação.

Ademais, a pesquisa torna-se ainda relevante ao contexto Moçambicano pois procura responder a um contexto em que “dentro dos partidos políticos as mulheres tendem a estar sobre-representadas no nível da base ou em papéis de apoio, mas sub-representadas em posições de poder, condicionando o seu nível de participação dentro e fora dos mesmos” (Ballington, 2012: sumário executivo PNUD).

Em segundo lugar, a pesquisa possui relevância académica, pois apesar da vasta produção científica sobre género e política em Moçambique, os estudos têm privilegiado o contexto extra-partidário, como as listas de candidaturas, nomeações do executivo, a distribuição em género dos resultados eleitorais, a representação no parlamento e os compromissos normativos assumidos pelo Estado. Pouco se tem explorado a nível académico a dimensão intrapartidária, em especial no que diz respeito às comissões políticas enquanto órgãos centrais de decisão. Assim, este trabalho procura trazer novos contributos para o debate sobre género, democracia e partidos políticos em Moçambique.

Finalmente, espera-se que os resultados da investigação possam ser úteis aos partidos políticos, organizações da sociedade civil, decisores políticos e demais actores interessados e comprometidos com a promoção da igualdade de género. Ao oferecer evidências sobre os mecanismos e desafios de acesso das mulheres aos espaços internos de decisão, a pesquisa poderá servir como referência para fortalecer estratégias, políticas públicas e práticas mais inclusivas, com potenciais efeitos multiplicadores na vida política e social moçambicana.

CAPÍTULO II

2. Contextualização histórica da participação política das mulheres

A trajectória da participação política das mulheres é indissociável das lutas históricas pela igualdade de género em diferentes partes do mundo.

A **nível internacional**, em particular nos contextos europeu e americano, os primeiros movimentos concentraram-se no sufrágio feminino, condição essencial para o reconhecimento da cidadania política. Embora o direito ao voto tenha sido gradualmente conquistado ao longo do século XIX e XX, com pioneiros como a Nova Zelândia (1893) e os Estados Unidos (1920), tais avanços não implicaram, de imediato, uma transformação das hierarquias sociais ou da divisão sexual do trabalho (Paxton, Hughes & Green, 2006:898-920; Miguel, 2017:1-17; Nolasco, 2010:n.p.; Osório, Macuácuá, 2015:23). Esse descompasso abriu espaço para a chamada segunda onda feminista nas décadas de 1960 e 1970, que questionou o patriarcado como forma de dominação política e reivindicou a igualdade em todas as esferas da vida pública e privada (Porcaro, 2019). Posteriormente, a terceira onda nos anos 1990, introduziu o conceito de interseccionalidade e expandiu o movimento para o plano global, com o surgimento de organizações não-governamentais feministas e consolidação da advocacia por acções afirmativas como uma das principais estratégias para promover a representação política das mulheres (Perez, Ricoldi, 2019:n.p.; Paxton, Hughes e Green, 2006:907).

A nível de **África**, os movimentos de mulheres, embora muitas vezes situados como corolário dos movimentos nacionalistas na década de 60, seguidos pela onda de democratização no continente na década de 90, “são tão antigos como a história da sua subordinação”, conforme sugerem Kwagala-Igaga, Kirya, Nakayi (2005:266-267). Mulheres como a Rainha Eyleuka da Etiópia, a Rainha Lobamba de Kuba (Congo), a Princesa Nang'oma de Bululi (Uganda), a Rainha Rangita de Madagáscar, a Rainha Nzinga de Angola e a Rainha Nyabingi (Tanzânia e Uganda) desafiaram estruturas de poder patriarcal e estrangeiro (Tamale, 2020:42). O colonialismo, contudo, instituiu uma ordem social que reforçou a dominação masculina e excluiu as mulheres das esferas de decisão (Chipenembe & Muianga, 2023:235). Essa marginalização impulsionou a participação activa das mulheres nos movimentos de libertação, onde foram co-libertadoras, embora frequentemente expostas a desigualdades e violência (Saungweme, 2021:7).

Ademais, após a independência, as desigualdades de género aguçaram-se no continente, camufladas por movimentos de mulheres alinhados e controlados pelo partido no poder e pelo Estado entre as décadas de 70 a 90 (Tripp, 2019:1; Kwagala-Igaga, Kirya, Nakayi, 2005:267). Porém, “com a introdução do multipartidarismo, as mulheres começaram a reivindicar as posições perdidas através de eleições disputadas nas plataformas de diferentes partidos políticos, tendo conseguido desde então avançar para se tornarem presidentes, primeiras-ministras, ministras e comissárias nos seus países em terrenos políticos difíceis” (Aderayo, 2021:301).

Em **Moçambique**, a participação política das mulheres segue uma trajectória similar (Amélia *et al.*, 2011:9). No período pré-colonial, elas desempenhavam papéis relevantes em processos de decisão e em ritos sociais, como demonstra a Rainha Achivanjila, que entre 1850 e 1879 combateu o tráfico de escravos no Reino dos Mataka (Zimba, 2015:7). O sistema colonial alterou essa estrutura, ao impor a dominação masculina e excluir as mulheres da esfera pública (Chipenembe & Muianga, 2023:235).

Mesmo antes da independência, as mulheres já se mobilizavam contra o colonialismo. São exemplos a greve de Búzi em 1947 que envolveu cerca de 7.000 mulheres que recusaram o cultivo de algodão e obtiveram isenções para grávidas e mães de até 4 anos de idade e o meio estudantil urbano, em que mulheres associadas ao NESAM disseminaram ideias nacionalistas e aderiram à luta armada (Santana, 2009:72; Amélia *et al.*, 2011:9; Bernardo, 2014:42). Na mesma senda, Em 1962, mulheres organizaram-se para apoiar a luta armada, com a criação da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), que auxiliava famílias de combatentes e divulgava os propósitos da FRELIMO (Casimiro, 2005). Em 1965, um grupo de camponesas solicitou treino militar, e deu assim origem o Destacamento Feminino (DF), oficializado em 1966, que marcou a entrada das mulheres não só na execução, mas também na direcção de frentes militares e políticas (Casimiro, 2004:52-54 *apud* Santana, 2000:73). A crescente mobilização levou à criação, em 1973, da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), destinada a unificar e coordenar a participação feminina, embora tenha representando um instrumento de controlo sobre o protagonismo das guerrilheiras, no sentido em que restringiu o seu poder político autónomo (Casimiro, 2005:59-60; Amélia *et al.*, 2011:10).

Após a independência em 1975, a igualdade de género foi formalmente consagrada, mas a implementação da “revolução das mulheres” foi adiada pela guerra civil (Casimiro, 2005:59-

60). A abertura multipartidária de 1990 reactivou o debate sobre a participação política feminina, impulsionada pela ratificação de instrumentos internacionais, como a Plataforma de Acção de Pequim (1995), e pela criação de estruturas institucionais de género, incluindo o Ministério da Mulher e da Acção Social (2000) e os pontos focais de género em todos os ministérios (MGCAS, 2016:14). Também emergiram importantes organizações da sociedade civil, como a MULEIDE (1991), pioneira na defesa dos direitos humanos das mulheres, e o Fórum Mulher (1993, legalizado em 1996), que desde então lidera acções de advocacia e de integração da perspectiva de género em políticas públicas, tendo papel fundamental na aprovação de leis estruturantes como a Lei da Família (2004) e a Lei contra a Violência Doméstica (2009) (Amélia *et al.* 2011:16; Bernardo, 2014:48; Casimiro, 2015:2-18).

Como corolário dessas iniciativas, os níveis de representação feminina cresceram de forma contínua: no parlamento, de 11% em 1994 para cerca de 42% em 2019 e 2024; no executivo, atingiu-se a paridade (50-50) em 2022 (IMD, 2022:1-2). Apesar destes avanços, a literatura alerta que o aumento numérico não garante, por si só, a integração plena da agenda de género na agenda política, e que persistem assimetrias especialmente nos órgãos internos de decisão dos partidos, como as comissões políticas, onde a presença feminina ainda depende fortemente de critérios informais e negociações internas (Chipenembe, Muianga, 2023:237; Ballington, 2012: sumário executivo PNUD).

2.1. Enquadramento legal do princípio de igualdade de género

A consolidação do princípio de igualdade de género, no contexto político e jurídico, é resultado de um percurso longo de mobilização das mulheres e do compromisso dos Estados em adoptar normas que garantam a sua participação em condições de igualdade. Ao longo das últimas décadas, diversos instrumentos internacionais, regionais e nacionais foram elaborados para promover a igualdade entre mulheres e homens, por forma a influenciar as políticas públicas e o acesso das mulheres aos espaços de decisão. Na tabela abaixo, apresentam-se os instrumentos a nível internacional, regional e no contexto Moçambicano (Osório, Macuácuá, 2019:62).

Tabela 1: Principais instrumentos legais sobre igualdade de género e participação política de mulheres¹

Âmbito	Ano	Instrumento	Principais disposições
Internacional	1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos	Consagra a igualdade entre mulheres e homens em direitos e dignidade.
	1952	Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres	Garante o direito de votar, ser eleita e ocupar cargos públicos em igualdade de condições.
	1979	CEDAW: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres	Reforça a participação das mulheres no desenvolvimento e recomenda a introdução de medidas especiais, incluindo quotas.
	1995	Plataforma de Acção de Pequim	Propõe a integração da paridade nos processos de decisão política e pública.
	2000	Declaração dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015	Refere a necessidade de garantir a equidade ao nível dos Parlamentos de cada país
	2015	Agenda 2030 e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5	Visa eliminar a discriminação e assegurar a participação plena das mulheres em todos os níveis.
Regional (África)	1997	Declaração dos Chefes de Estado da SADC sobre Género e Desenvolvimento	Estabelece a meta de 30% de mulheres em cargos de decisão (em 1998 revista para 50%).
	2003	Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo)	Reafirma o direito das mulheres à participação política e à igualdade de oportunidades (em seguimento à Carta de 2001).

¹ Fonte: Karberg, 2015:4-5; Gusse, 2018:10; Osório, Macuácuá, 2019:62-80; Osório; Macuácuá, 2015:23-25.

	2008	Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento	Vincula os Estados a integrar a igualdade de género nas leis e políticas nacionais, 50% até 2015.
Nacional (Moçambique)	1975	Constituição da República Popular de Moçambique	Reconhece a igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da vida.
	1990-2004	Constituição da República de Moçambique	Reafirma a igualdade entre mulheres e homens perante a lei em todos os domínios da vida.
	1997	Lei de Terras (Lei n.º 19/97)	Garante às mulheres o direito à posse e gestão da terra e à participação nas decisões comunitárias.
	2009	Lei n.º 29/2009 sobre a Violência Doméstica	Protege os direitos das mulheres contra a violência.
	2018	Política de Género e Estratégia de Implementação	Define metas e indicadores para a promoção da igualdade e empoderamento das mulheres.
	2019	Leis da Família, Sucessões e Prevenção das Uniões Prematuras	Reforçam os direitos das mulheres e raparigas na família e na sociedade.
	2018-2022	Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (PNAMPS)	Regula a protecção das mulheres em contexto de conflito armado e a sua inclusão nos processos de negociação e mediação para a paz.
	2020	Estratégia de Género na Administração Pública (EGAP 2020-2024)	Estabelece directrizes para a integração da igualdade de género em todas as instituições do Estado.

Os instrumentos internacionais e regionais demonstram um consenso crescente sobre o papel central das mulheres no desenvolvimento e na democracia. No caso africano, as declarações e protocolos reforçam a obrigação dos Estados em adoptar medidas de acção afirmativa e eliminar práticas culturais que limitam a participação feminina. Ainda assim, em vários países, a distância entre o compromisso legal e a prática continua a ser marcada por resistências políticas, culturais e institucionais.

Em Moçambique, o quadro jurídico é robusto e progressista. O país aderiu aos principais tratados internacionais e regionais e incorporou os princípios de igualdade de género na Constituição e em diversas leis sectoriais. Contudo, a aplicação prática desses instrumentos nem sempre é efectiva, sobretudo no que diz respeito à representatividade feminina dentro dos partidos políticos e dos órgãos de decisão, onde as normas de paridade ainda não são legalmente vinculativas (Osório & Macuácu, 2019:75; MGCAS, 2018:2).

Em síntese, Moçambique possui um enquadramento legal favorável à igualdade de género, mas persiste uma lacuna entre o texto jurídico e a realidade social e política. O desafio principal continua a ser a implementação coerente e a transformação das estruturas culturais e institucionais que perpetuam desigualdades de poder entre homens e mulheres.

CAPÍTULO III

3. Da revisão de literatura à problematização

3.1. Revisão de literatura

Nesta secção, apresentamos as principais contribuições sobre género e partidos políticos, de modo a contextualizar a análise empírica desenvolvida neste trabalho. Num primeiro momento, aborda-se a relação entre igualdade de género e democracia, com destaque a forma como estes dois conceitos se interrelacionam. Em seguida, são discutidas duas perspectivas complementares sobre o papel dos partidos políticos na promoção de igualdade de género: a primeira, mais generalista, evidencia a sua centralidade enquanto instituições-chave de mediação e representação; a segunda aprofunda a análise das dinâmicas internas dos partidos, ao problematizar a medida na qual as regras, práticas e estruturas organizacionais condicionam ou favorecem a participação política das mulheres.

3.1.1. Igualdade de género e democracia

Partimos do pressuposto que “a democracia e a igualdade de género formam uma relação que se reforça mutuamente” Piccone (2017:1), na medida em que:

- Por um lado, “as democracias são geralmente melhores a garantir a igualdade de género do que a maioria dos regimes não democráticos, uma vez que, em regimes democráticos, todas as pessoas, independentemente do género, devem ter uma palavra a dizer na representação política e na tomada de decisões” (Silva-Leander, 2022:n.p; Porcaro, 2019:142).
- Por outro lado, a igualdade de género, constitui, um imperativo para atingir o desenvolvimento inclusivo, igualitário e sustentável: pilares centrais para uma democracia efectiva e uma boa governação (Wollack In Ballington, 2012: prefácio NDI; Kandawasvika-Nhundu, 2013:23; EIGE, 2017:n.p.; Silva-Leander, 2022:n.p; Muschett, Vaeza, 2023:n.p).

Ainda assim, persistem diferentes interpretações sobre a natureza desta relação, Piccone (2017:1), discorre sobre as 3 principais perspectivas entre os estudiosos:

O ponto de vista mais proeminente é o de que os sistemas democráticos tendem a reforçar a igualdade de género através do aumento do espaço cívico para o activismo

das mulheres, da expansão do envolvimento das mulheres no processo político através do voto e/ou da diminuição das restrições arbitrárias à representação política das mulheres. Outros, porém, invertem a relação, considerando a igualdade de género como um motor da democratização através de uma maior capacitação económica e política de um sector mais vasto da sociedade. Por último, um terceiro grupo de académicos defende que o fator explicativo mais importante da relação é a modernização, que, por sua vez, impulsiona a mudança cultural e a promoção de valores liberais progressistas, incluindo a democracia e a igualdade de género.

Em suma, apesar de olharem a partir de prismas diferentes a relação entre a democracia e igualdade género, todos os pontos de vista ressaltam a ligação intrínseca existente entre ambas. Assim, uma vez que a igualdade política de género não constitui apenas um direito humano fundamental, mas também um aspecto central da democracia e vice-versa, os partidos políticos estão entre as instituições mais importantes, dado que actuam como “*gatekeepers*” em virtude do papel único e fundamental que desempenham no processo democrático - e na participação política das mulheres (Kandawasvika-Nhundu, 2013:21).

3.1.2. Partidos políticos como o centro da promoção de igualdade de género

Existe um consenso geral que os partidos políticos não podem ser negligenciados na prossecução de democracias saudáveis (Kandawasvika-Nhundu, 2013:23). Darvishlou (2012:1) e Aldrich (2011:3), ousam afirmar que “a democracia é impraticável sem a existência de partidos políticos”, pois estes exercem determinadas funções fundamentais ao funcionamento do sistema político. Entre as quais: “(1) desenvolver políticas e programas, (2) captar as exigências da sociedade e agrupá-las em diferentes opções, (3) recrutar e seleccionar candidatos para cargos executivos e legislativos (e outros cargos na política) e (4) exercer controlo sobre o governo” (Catón, 2007:5; Darvishlou, 2012:11-14).

Nessa senda, a literatura sobre participação e representação política de mulheres considera os partidos políticos, enquanto os principais e mais directos veículos por meio dos quais as mulheres podem ser eleitas e ter acesso à liderança política, uma ferramenta importante de incremento e fomento da participação destas na arena política (EIGE, 2017:n.p.; Roza, 2011:15; Rezende, Silva, 2018:1; Clark In Ballington, 2012: prefácio PNUD). Uma vez que:

Os partidos políticos desempenham um papel fundamental na determinação do grau e da qualidade das oportunidades de participação das mulheres na política partidária. As oportunidades de acesso das mulheres a posições de liderança estão também nas mãos dos partidos políticos e das elites partidárias que controlam os processos de seleção e admissão. Os partidos políticos também determinam a ordem das listas eleitorais, as listas restritas para os círculos eleitorais e as estruturas partidárias. Por

estas razões, os partidos políticos são frequentemente designados por "*gatekeepers*" (EIGE, 2017:n.p.)

Aliás, ao longo das três últimas décadas, mais concretamente desde a adopção da Declaração e da Plataforma de Acção de Pequim, em 1995, tem-se verificado uma tendência positiva em termos de análise do papel e do desempenho dos partidos políticos na promoção da igualdade entre homens e mulheres e do empoderamento político das mulheres. Com efeito, o reconhecimento da centralidade dos partidos políticos enquanto instituições que promovem a igualdade entre homens e mulheres na construção da democracia aumentou significativamente, e colocou-os cada vez mais como parte integrante das iniciativas nacionais e internacionais que respondem às questões de género (Kandawasvika-Nhundu, 2013:23).

Em geral, os argumentos de representação política feminina baseiam-se nos princípios de efectivação da democracia e justiça social, que pressupõem que a criação de oportunidades para que as mulheres e os homens participem em pé de igualdade em todos os processos políticos é uma obrigação de direitos humanos, e por conseguinte, o respeito por este direito humano também confere maior legitimidade democrática e aumenta a probabilidade de uma governação inclusiva. Em si, o argumento constitui uma justificação poderosa para progredir no sentido da igualdade de participação de mulheres e homens na vida política (OSCE-ODIHR, 2014:30).

Todavia, nem todos os partidos políticos podem ser “convencidos” a tomar medidas de apoio à promoção política das mulheres com base apenas nas obrigações em matéria de direitos humanos e nos princípios de legitimidade. Uma abordagem baseada em incentivos pode ser eficaz para persuadir os partidos políticos, e os e os líderes dos partidos políticos em particular, a apoiar a participação política das mulheres (OSCE-ODIHR, 2014:30).

Na verdade, tal como vimos na relação entre a democracia e igualdade de género, não apenas as mulheres beneficiam-se quando os partidos políticos adoptam uma postura mais conducente a sua participação, pois, conforme afirma Wollack In Ballington (2012: prefácio NDI), os partidos que levam a participação e influência política das mulheres a sério se fortalecem junto a suas bases, conquistam novos grupos, e logram significativos interesses eleitorais e governativos. Para mais, o Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos (ODIHR) da OSCE, no seu manual sobre a promoção da participação das mulheres nos partidos políticos, arrola quatro principais incentivos para os líderes dos partidos políticos: i) melhorar a imagem pública e a reputação do partido político; ii) melhorar as plataformas dos partidos

políticos e as agendas políticas; iii) reforçar as estratégias eleitorais dos partidos políticos; e, iv) combater a diminuição da filiação partidária (OSCE-ODIHR, 2014:30).

Dada a clarividência dos benefícios para os partidos políticos de adoção de estratégias de promoção da participação e representação de mulheres, e sendo eles os “verdadeiros *gatekeepers*” das posições de poder e de tomada de decisões, alguns autores argumentam que não basta o reconhecimento da centralidade dos partidos políticos na promoção da igualdade entre homens e mulheres, para eles, o funcionamento interno do partido, que inclui as regras e procedimentos, constitui um factor-chave que pode influenciar a capacidade de resposta dos partidos políticos às questões de género e proporcionar um ambiente adequado para a participação significativa e influente das mulheres (OSCE-ODIHR, 2014:46; Kandawasvika-Nhundu, 2013:6). Este argumento, é mais desenvolvido na segunda abordagem, que discute as dinâmicas internas dos partidos políticos na promoção da igualdade de género.

3.1.3. Dinâmicas internas dos partidos políticos na promoção de igualdade de género

A literatura tem sublinhado que a promoção da igualdade de género nos partidos políticos não depende apenas de compromissos formais inscritos em estatutos ou manifestos, mas também do modo como as suas estruturas internas funcionam na prática. O debate centra-se, portanto, nas dinâmicas internas de organização e funcionamento partidário, onde factores institucionais, culturais e de agência individual podem facilitar ou restringir o acesso das mulheres a posições de poder.

Autores como Caul 1999; Lovenduski 1993; Noris 1993; Sacchet 2002; Waylen 2003 *apud* Sacchet (2005:9); Araújo (2005:199) defendem que para que os partidos políticos não representem o fechamento do espaço político para as mulheres, e tenham uma maior propensão para responder às exigências relacionadas com o género, um conjunto de factores estruturais, institucionais e de agência se fazem necessários, nomeadamente, i) a institucionalização partidária; ii) a ideologia político-partidária de centro e esquerda; iii) a organização interna de mulheres bem coordenada e com capacidade de mobilização de recursos; iv) as estruturas de oportunidades políticas existentes a nível interno do partido”.

Outrossim, referem que a regulamentação do funcionamento interno dos partidos políticos, num esforço para que os partidos funcionem de forma mais democrática e equitativa, é, por

consequente, um primeiro passo importante para a criação de condições mais equitativas para homens e mulheres membros dos partidos. Ao mesmo tempo, a discriminação directa ou indirecta baseada no género nos procedimentos internos dos partidos pode criar barreiras à participação das mulheres, particularmente quando tais disposições afectam as oportunidades das mulheres de serem nomeadas como candidatas e eleitas como representantes, ou o seu acesso à tomada de decisões internas do partido político, ao financiamento ou a outros recursos do partido (OSCE-ODIHR, 2014:16-17).

Na mesma senda, Kandawasvika-Nhundu (2021:5), refere que, alicerçados por constituições e leis nacionais que articulem as garantias em matéria de igualdade entre homens e mulheres e de emancipação política das mulheres, os partidos políticos têm de traduzir os direitos formais em acções práticas através da inclusão nas constituições dos documentos políticos dos partidos políticos. A título de exemplo, em 2013 foi realizado um estudo envolvendo 33 países africanos com o objectivo de determinar em que medida os documentos políticos dos partidos políticos incluíam compromissos e medidas específicas para promover a igualdade de género e a igualdade de participação e representação de homens e mulheres na liderança política, nos cargos electivos de poder e na tomada de decisões (Kandawasvika-Nhundu, 2013:13). O estudo revelou que:

As constituições e os manifestos dos 214 partidos distribuídos pelos 33 países africanos contêm expressões variáveis de compromisso para promover a igualdade de género e a participação e representação política das mulheres. Tais compromissos encontram-se em 58 (27%) das constituições dos partidos políticos e em 124 (58%) dos manifestos dos partidos políticos. Os restantes 90 (42%) documentos dos partidos não fazem qualquer menção a princípios ou compromissos sobre a igualdade de género, quer na constituição do partido, quer no manifesto. (Kandawasvika-Nhundu, 2013:13).

No entanto, o estudo ressaltou que mesmo as constituições e os manifestos dos partidos políticos que continham textos gerais sobre os compromissos em matéria de igualdade entre homens e mulheres, não definiam necessariamente as medidas específicas para garantir a transformação dos compromissos em acções e resultados efectivos.

Similarmente, uma análise em 18 países da América Latina revelou que existe uma falta de vontade política dos partidos políticos para transcender a retórica da igualdade de género e trabalhar para a igualdade substantiva dentro dos partidos políticos e na política em geral (Kandawasvika-Nhundu, 2021:6).

Na mesma senda, de acordo com estudos recentes, como o *Women's Political Participation: Africa Barometer 2024*, persiste uma lacuna importante entre representação descritiva e representação substantiva: em muitos países africanos, a presença de mulheres nas estruturas partidárias aumentou, mas continua a haver assimetrias no acesso a posições de liderança com poder efectivo de influenciar decisões estratégicas. O relatório sublinha que normas de género implícitas, culturas partidárias masculinizadas e dependência de redes pessoais ou patronagem continuam a limitar a ascensão feminina, mesmo em partidos que se apresentam como comprometidos com a paridade (IDEA, 2024:17-19).

Ofosu-Anim e Brown (2024:7-11) reforçam que barreiras formais e informais, como regras eleitorais pouco claras, ausência de quotas vinculativas, práticas de cooptação e falta de financiamento direccionado, criam um “funil de exclusão” que reduz progressivamente o número de mulheres à medida que se sobe na hierarquia partidária. Esses autores alertam para a necessidade de analisar também os mecanismos de tomada de decisão, pois mesmo quando as mulheres chegam aos órgãos máximos, sua capacidade de definir agendas ou de liderar pastas estratégicas pode ser restringida por dinâmicas de poder intrapartidário.

Mais a fundo, outro aspecto que se destaca em relação ao funcionamento interno dos partidos políticos, é especificamente a composição das comissões executivas ou comissões políticas, entendidas como “um espaço que possui o carácter e a competência de direccionar as demandas partidárias, que exerce uma grande influência na participação e representação feminina na política, pois, é dentro desses espaços que as decisões de maior relevância para as agremiações são decididas” (Silva, Campos, 2019:64-65).

No entanto, a presença de mulheres nestes espaços tende a ser inexpressiva, o que Porcaro (2019:136) situa como parte de um problema histórico e mundial de desigualdade entre homens e mulheres na participação no poder político e nas instâncias decisórias. Ribeiro (2014) *apud* Silva, Campos (2019:70), explica que neste contexto específico, deve-se ao facto de, “as esferas de maior poder partidário serem compostas por elites políticas já consolidadas. Nesse sentido, entendendo que esses grupos são compostos por quem já detêm o poder a algum tempo, é ínfima a abertura para novos actores políticos; nesse caso as mulheres”, representando desse modo, uma enorme barreira, na medida em que o acesso a esses espaços pode influenciar a distribuição de recursos partidários e eleitorais e outros meios para conquistar o sucesso eleitoral.

Nessa conjuntura, a literatura brasileira chama atenção à necessidade que estudos sobre a sub-representação de mulheres tomem mais atenção à participação destas em comissões executivas dos partidos políticos, uma vez que congregam as principais lideranças dos partidos políticos e desse modo, constituem o sector mais decisivo no momento da composição da lista de candidaturas e assim, a sub-representação feminina nos partidos dificultaria a inclusão de mulheres nas principais decisões (Barbosa, 2015:2; Ayres 2016 *apud* Silva 2018:13; Silva, 2018:13; Silva, Campos, 2019:70).

A propósito, um estudo brasileiro conduzido por Brenda Rodrigues Barreto Silva em 2019, mostra que “existe uma correlação positiva, ainda que baixa, entre a presença de mulheres nas comissões executivas nacionais e o número de deputadas eleitas pelos sete maiores partidos brasileiros, ou seja, quando o número de mulheres nas executivas nacionais cresce, o número de mulheres eleitas tende a crescer também” (Silva 2018:10).

Todavia, conforme aponta a autora, ainda são escassas as análises que exploram de forma sistemática o impacto das regras, procedimentos e culturas organizacionais internas dos partidos na eleição e promoção de mulheres, tanto em contextos africanos quanto em outras regiões, e quase inexistentes as análises que se voltam especificamente às comissões executivas, órgãos decisórios que tem a prerrogativa de distribuir recursos e organizar o recrutamento de candidatos/as, aspectos cruciais para o sucesso eleitoral (Silva 2018:9), um cenário que se replica a nível global, e contribui para a perpetuação do cenário actual, em que apesar de mais de metade dos países do mundo serem democracias de alguma forma, os níveis de igualdade política entre homens e mulheres não acompanham o progresso democrático (Silva-Leander, 2022:n.p).

Em síntese, a literatura revela que a análise das dinâmicas internas dos partidos políticos é crucial para compreender a participação feminina na política, sobretudo em escalões estratégicos de decisão, mas este campo ainda carece de investigações aprofundadas, sobretudo no contexto africano e moçambicano. A maior parte dos estudos concentra-se na representação parlamentar, executiva e nos resultados eleitorais, e deixa em segundo plano os órgãos de decisão internos, como as comissões políticas, que são, de facto, os espaços onde se definem estratégias, se distribuem recursos e se controlam as listas de candidaturas (Silva, 2018; IIDEA, 2024).

Essa lacuna torna-se ainda mais relevante diante das evidências de que a presença de mulheres nestes órgãos, quando ocorre, nem sempre se traduz em participação substantiva ou influência real sobre as agendas partidárias (Ofosu-Anim, Brown, 2024). A ausência de quotas internas vinculativas, a dependência de redes de confiança e a segmentação de mulheres em pastas de “baixa visibilidade” mantêm a estrutura de poder amplamente masculinizada.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de pesquisas que primeiro, antes da perspectiva extrapartidária, ocupem-se da dimensão intrapartidária, e segundo, explorem não apenas a presença numérica de mulheres, mas também os mecanismos formais e informais que moldam o seu acesso e desempenho nos principais órgãos internos de decisão. Esta investigação, ao focar-se nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 e 2024, procura contribuir para preencher parte dessa lacuna, oferecendo elementos empíricos que permitam futuras análises comparativas e a formulação de recomendações orientadas para fortalecer a igualdade de género dentro dos partidos políticos.

3.2. Problematização

Existem várias formas de participação política e ascensão a órgãos de tomada de decisão política. Em Moçambique, tal como em vários contextos africanos, os partidos políticos ocupam posição central nesse processo, pois, são responsáveis por “(1) desenvolver políticas e programas, (2) captar as exigências da sociedade e agrupá-las em diferentes opções, (3) recrutar e seleccionar candidatos para cargos executivos e legislativos (e outros cargos na política) e (4) exercer controlo sobre o governo” (Catón, 2007:5). Nessa senda, constituem a principal via de acesso a espaços de poder e decisão política e desempenham um papel fundamental na determinação do nível e da qualidade das oportunidades de participação das mulheres na política partidária e não só” (EIGE, 2017:n.p.; Roza, 2011:15; Kayuni; Chikadza, 2016:n.p).

Contudo, existe uma tensão marcante: embora muitas filiadas dos partidos sejam mulheres, estimando-se que entre 40% e 50% dos membros de partidos o sejam, essas mulheres ocupam apenas cerca de 10% dos cargos de liderança partidária (Clark *apud* Ballington, 2012:prefácio PNUD). Em Moçambique, esse paradoxo se repete: as mulheres participam intensamente nas bases partidárias, mas sua presença nos órgãos decisórios centrais, como as comissões políticas, permanece limitada e condicionada por factores estruturais e culturais (Bergh-Collier, 2007:56).

O desafio, então, não é apenas de números, mas de dinâmicas internas de poder: como os partidos definem critérios formais e informais para o ingresso, promoção e exercício da influência feminina. A literatura indica que estatutos com menções à igualdade muitas vezes não se traduzem em mecanismos internos vinculativos (Kandawasvika-Nhundu, 2013; OSCE-ODIHR, 2014). Em muitos partidos, as ligas femininas, embora mobilizadoras, permanecem marginais nas decisões centrais, reflectindo a dissonância entre discurso normativo e prática institucional (Roza, 2011; Ballington, 2012; Osório & Macuácu, 2015).

Adicionalmente, estudos recentes reforçam a persistência dessas disparidades. Por exemplo, o Africa Barometer (2024:7) mostra que a liderança partidária feminina caiu de 12% para 9%, mesmo com algum crescimento em outras esferas de domínio político, indicativo de que presença numérica não se traduz necessariamente em poder real. Um estudo sistemático mais amplo, identifica normas culturais, recursos restritos e discriminação persistente como barreiras estruturais que dificultam a transposição da representação formal para a participação efetiva nos níveis decisórios (Ofosu-Anim & Brown, 2024:2-11).

Não obstante, a maior parte dos estudos sobre género e política em Moçambique privilegia a análise da representação parlamentar ou executiva, deixando em aberto a análise das comissões políticas (Bergh-Collier, 2007). Esta lacuna é particularmente relevante, pois a forma como estas estruturas funcionam condiciona directamente a capacidade dos partidos de promoverem, ou não, a igualdade de género no sistema político nacional.

Dessarte, o problema de investigação não se limita ao défice quantitativo de mulheres no topo dos partidos: consiste em compreender como os partidos internamente organizam, regulam e condicionam o acesso das mulheres às suas comissões políticas.

3.2.1. Pergunta de partida:

No quadro do problema ora acima formulado, a presente pesquisa orienta-se pela seguinte pergunta de partida: **como se configuram as dinâmicas de acesso das mulheres às comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM?**

Particularmente, interessa-nos compreender:

- Como evoluiu a participação feminina nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM historicamente, e particularmente no período 2014-2024, e que eventos impactaram essa evolução?
- Quais são os perfis predominantes das mulheres que integram as comissões políticas e quais os mecanismos formais e informais que favorecem ou limitam o seu acesso?
- Que percepções prevalecem entre os membros das comissões políticas sobre o papel das mulheres nesses espaços influenciam sua participação e poder de decisão?

3.2.2. Hipótese central

As dinâmicas de acesso das mulheres às comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM são configuradas por uma combinação de factores institucionais (regras formais, estatutos, processos de selecção) e informais (redes de confiança, normas de género), que tendem a reproduzir padrões históricos de desigualdade no interior dos partidos.

CAPÍTULO IV

4. Enquadramento teórico e conceptual

4.1. Quadro teórico

A presente pesquisa ancora-se em duas correntes complementares do novo institucionalismo: o institucionalismo histórico e o institucionalismo feminista. Esta dupla abordagem permite compreender como as instituições partidárias, enquanto “as regras do jogo em uma sociedade” (North, 2018:256 *apud* Cavalcante, 2019:262), estruturam de forma desigual o acesso de homens e mulheres aos órgãos de decisão, e como estas regras se reproduzem ou transformam ao longo do tempo.

4.1.1. Institucionalismo histórico: legado, dependência e permanência

O institucionalismo histórico “busca elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (Hall e Taylor 1996: 194), ao enfatizar o facto de que “os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objectivos” (Hall e Taylor 1996: 194, 197).

Os teóricos desta corrente, conceptualizam as instituições como “os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política” (Hall e Taylor 1996: 196), ou simplesmente como “as regras do jogo em uma sociedade” (North, 2018:256 *apud* Cavalcante, 2019:262).

O institucionalismo histórico atribui uma importância ao poder, em particular às relações de poder assimétricas, pois presta atenção sobretudo ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais, e conferem a certos grupos ou interesses um acesso desproporcional ao processo de decisão (Hall e Taylor 1996: 200). Em adição, Limongi, (1994:8), refere que “as instituições que organizam o processo decisório (a) são elas mesmas responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos e (b) influenciam os resultados políticos substantivos”.

De acordo com Hall e Taylor (1996:9) *apud* Andersson (2021:9), “a abordagem institucionalista histórica é mais adequada para analisar a manutenção de legados políticos e as dificuldades de

mudança das políticas”, que no caso concreto do debate sobre as dinâmicas de acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão dentro dos partidos políticos moçambicanos, pode sugerir “a existência de um legado histórico de instituições políticas que influencia a evolução da representação das mulheres” (Dos Santos, 2021:441).

Ademais, a vertente histórica do novo institucionalismo, destaca uma “causalidade social dependente da trajetória percorrida, *path dependence*, que sublinha que os resultados políticos e sociais são modificados pelas propriedades de cada contexto local, propriedades essas herdadas do passado” (Hall e Taylor, 1996:200). Assim, “as escolhas realizadas no momento de formação das instituições e das políticas exercem um efeito de constrangimento sobre o seu futuro desenvolvimento em razão da tendência inercial das instituições que bloqueiam ou dificultam subsequentes mudanças” (Bernardi, 2012:138).

No caso moçambicano, este enquadramento é particularmente útil para analisar como os partidos absorveram heranças históricas: desde a inclusão feminina na luta de libertação até às quotas eleitorais mais recentes, mas sem traduzir tais compromissos em mecanismos consistentes de paridade dentro das comissões políticas. Assim, o institucionalismo histórico ajuda a compreender as continuidades e resistências que marcam os percursos de acesso das mulheres a estes espaços.

Adicionalmente, crucial para esta teoria é o conceito de conjunturas críticas, momentos de crise, transição política ou reconfiguração institucional que abrem janelas de oportunidade para mudanças significativas (Mahoney, 2000:507-548). Em Moçambique, exemplos dessas conjunturas incluem a transição para o multipartidarismo em 1990, a morte de líderes partidários e outros eventos que levaram inevitavelmente a reformas.

No entanto, a crítica de Mahoney & Thelen (2010:1-36) chama atenção para as mudanças graduais, que ocorrem mesmo fora de conjunturas críticas, através de processos como conversão (reinterpretação de regras existentes, e por exemplo, a revisão dos estatutos dos partidos políticos), camadas incrementais (adição de novas normas sem romper as antigas) e deslocamento (substituição lenta de práticas). Este estudo dialoga com essa visão, ao observar que, mesmo sem grandes reformas estatutárias formais, partidos podem incorporar progressivamente mais mulheres nas comissões políticas, seja por decisões estratégicas das lideranças, seja por pressões sociais crescentes em torno da agenda de género.

Ainda em crítica, Mackay, Kenny, Chappell (2010:579), apontam que a maior parte da investigação sobre o institucionalismo histórico presta pouca atenção ao papel do género na mudança institucional, e mostra-se cega a extensa literatura feminista que agora se ocupa das mulheres e das instituições políticas, das dimensões de género das instituições políticas e do seu desempenho, e dos processos de mudança política com base no género.

Assim, por outro lado, a análise da presente pesquisa será combinada com o institucionalismo feminista, que “centra-se no género como ferramenta analítica” (Dos Santos, 2021:444). Os teóricos do institucionalismo feminista argumentam que as instituições são *genderizadas* no sentido em que “as construções de masculinidade e feminilidade estão interligadas na vida quotidiana e influenciam a forma como os actores interagem na sociedade” (Kenney, 1996:456).

4.1.2. Institucionalismo feminista: género como categoria analítica

Os teóricos do institucionalismo feminista entendem género “como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas em diferenças percebidas (socialmente construídas e culturalmente variáveis) entre os sexos, e como uma forma primária de significar (e naturalizar) relações de poder e hierarquia” (Hawkesworth, 2005; Scott, 1986 *apud* Mackay, Kenny, Chappell, 2010:580).

“A perspectiva feminista tem como característica central uma agenda transformadora, pois está explicitamente preocupada não só com o reconhecimento da forma como as instituições reproduzem as distribuições de poder baseadas no género, mas também com a forma como essas instituições podem ser mudadas” (Mackay, Kenny, Chappell, 2010:582), e presta especial atenção “aos motores de mudança externos e estão especialmente atentas ao impacto das mudanças na ordem de género mais ampla nos ambientes institucionais” (Waylen, 2007, 2011 *apud* Mackay, Kenny, Chappell, 2010:582).

“Um ponto comum importante entre as abordagens feministas ao institucionalismo e ao novo institucionalismo é o facto de se centrarem nas instituições formais e informais e na sua interacção. A principal diferença é a alegação feminista de que estas instituições são *genderizadas*” (Mackay, Kenny, Chappell, 2010:580), aliás, as abordagens complementam-se, na medida em que o quadro e os instrumentos do institucionalismo histórico, tais como “as conjunturas críticas e a dependência da trajetória (*path dependence*), podem, revelar-se muito

úteis para a abordagem feminista, uma vez que ajudam a responder a algumas das grandes questões sobre a forma como as instituições são definidas em função do género” (Waylen, 2009:12).

Esta abordagem mostra que as instituições não são neutras e incorporam concepções de masculinidade e feminilidade que estruturam os caminhos de acesso político. No contexto desta pesquisa, isto implica compreender, por exemplo, como as ligas femininas dos partidos tanto ampliam a participação, como podem funcionar como espaços de marginalização institucional (Roza, 2011:15; Ballington, 2012:16), ao relegar as mulheres para arenas “paralelas” sem poder deliberativo.

Mais ainda, esta corrente ajuda a distinguir representação descritiva (número de mulheres presentes) de representação substantiva (capacidade dessas mulheres de influenciar decisões e agendas). A simples presença feminina nas comissões políticas não garante que suas vozes sejam ouvidas ou que suas prioridades sejam incorporadas às decisões estratégicas, especialmente se o desenho institucional não lhes confere direito deliberativo ou se práticas informais limitam sua participação efetiva.

Outro contributo relevante do institucionalismo feminista é a ênfase na agência: mudanças institucionais podem advir da acção de mulheres que já ocupam espaços de poder, as chamadas “empreendedoras institucionais”, que aproveitam oportunidades para introduzir reformas ou reinterpretar regras (Waylen, 2014:219). Em Moçambique, a solicitação de treinamento militar que culminou com a criação do DF ilustra como a acção organizada de mulheres dentro do partido produziu avanços institucionais.

A combinação das duas vertentes é estratégica: o institucionalismo histórico explica a persistência dos legados partidários e a inércia institucional, enquanto o institucionalismo feminista permite analisar como o género estrutura estas instituições e os modos de poder nelas inscritos. Em conjunto, oferecem um quadro analítico capaz de capturar: i) os mecanismos formais e informais que regulam o acesso às comissões políticas; ii) a reprodução de desigualdades de género nos partidos, mesmo em contextos de avanços normativos; e, iii) as tensões entre compromissos públicos de igualdade e práticas organizacionais que perpetuam exclusões.

4.2. Quadro conceptual

Este quadro organiza os principais conceitos mobilizados nesta pesquisa e define o sentido que assumem na análise. A escolha destes conceitos: partidos políticos, comissões políticas, género, instituições *genderizadas*, igualdade de género, participação política e dinâmicas de poder, visa delimitar analiticamente os espaços e actores em foco, de modo a assegurar coerência entre a revisão de literatura, a problematização e a investigação empírica.

4.2.1. Partidos Políticos

Os partidos políticos estão no centro da organização democrática, congregam pessoas com ideais políticos diversos e comuns, intermediam a relação entre sociedade e Estado, recrutam candidatos, estruturam o debate político e competem pelo poder por meios eleitorais ou outros (Medeiros, 2017:n.p; Heywood, 2013:248; Matlosa, 2007:5-20; Catón, 2007:5; Darvishlou, 2012:1-3).

Heywood (2013:248) identifica quatro características que distinguem os partidos de outros grupos organizados, referentes ao objectivo, organização formal, abordagem e identidade ideológica. Mais tarde, Catón (2007:5), resumiu as quatro características sugeridas por Heywood nas seguintes funções que os partidos políticos exercem: “(1) desenvolvimento de políticas e programas, (2) captação das exigências da sociedade e agrupamento em diferentes opções, (3) recrutamento e selecção de candidatos para cargos executivos e legislativos (e outros cargos na política) e (4) exercício e controlo sobre o governo”.

Assim, os partidos são concebidos como instituições formais que estabelecem regras e oportunidades de participação, mas também espaços permeados por instituições informais, onde normas de género e culturas políticas determinam quem é incluído ou excluído (North, 1990: 259-268; Waylen, 2014:219).

4.2.2. Comissões políticas

As comissões políticas, também designadas comissões executivas ou comités nacionais, são órgãos restritos de decisão dos partidos, responsáveis por decisões estratégicas como definição de programas, selecção de candidatos e distribuição de recursos (Panebianco, 1995:367-368 *apud* Ribeiro, 2014:127; Leveguen, Castro, Ribeiro, 2017:7). Por serem um espaço que possui

o carácter e a competência de direccionar as demandas partidárias, exercem uma grande influência na participação e representação feminina na política, pois, é dentro desses espaços que as decisões de maior relevância para as agremiações são tomadas (Rezende, Silva, 2018:4; Silva, Campos, 2019:65). Nesta pesquisa, as comissões políticas são analisadas como espaços de poder privilegiado intrapartidário, cuja composição e actuação condiciona a capacidade dos partidos de efectivar a igualdade de género.

4.2.3. Género e instituições genderizadas

O conceito de género evoluiu de uma interpretação psicológica para uma categoria relacional e analítica que explica como as sociedades organizam as relações entre homens e mulheres (Queiroz, 2008 *apud* Costa, Silvera, Madeira, 2012:224-225; Scott, 1989:2; Lattanzio e Ribeiro, 2018:411-422; Costa, Silvera, Madeira, 2012:225). Perspectivas africanas desafiam a visão ocidental do género como universal, defendendo a sua contextualização cultural e histórica no continente (Oyěwùmí, 1997,2004:2; Harcourt, 2016:xiii; Tamale, 2020:xiv; Chauraya, 2012:254-255). Para efeitos desta pesquisa, género é entendido como uma categoria relacional e histórica, que organiza as relações sociais entre homens e mulheres e dá significado às relações de poder.

As instituições são consideradas *genderizadas* por estruturarem e reproduzirem desigualdades ao naturalizar papéis e expectativas diferenciadas para homens e mulheres (Mackay *et al.*, 2010). Mobiliza-se estes conceitos para analisar como as normas e práticas partidárias (explícitas ou tácitas) afectam as oportunidades de participação das mulheres nas comissões políticas.

4.2.4. Igualdade de género

A igualdade de género é vista de forma formal e substantiva, não se limita à igualdade legal, mas inclui a participação efectiva e o poder real de (OSCE-ODIHR, 2014:26; UN Women, s.d).

Para a UNICEF (2017:2), significa que homens e mulheres têm oportunidades iguais para desenvolver o seu potencial e contribuir para o progresso social, económico e político. Neste estudo, a igualdade de género é entendida como condição necessária para a democracia inclusiva, e não apenas como princípio jurídico. Esta distinção é fundamental para avaliar em

que medida os compromissos normativos dos partidos se traduzem, ou não, em práticas concretas de inclusão nas comissões políticas.

4.2.5. Participação política e dinâmicas de poder

A participação política refere-se às práticas que permitem aos cidadãos intervir nas decisões colectivas, tanto por vias formais como informais (Silva & Campos, 2019). No caso das mulheres, importa analisar não só a sua presença numérica, mas também as dinâmicas de poder que condicionam o seu acesso e influência dentro dos partidos.

Em conjunto, os conceitos acima apresentados permitem compreender em que medida as relações de género, enraizadas em normas históricas e culturais, são reproduzidas ou transformadas dentro dos partidos políticos moçambicanos, pois iluminam as dinâmicas que explicam o percurso e os desafios das mulheres rumo à tomada de decisão.

CAPÍTULO V

5. Metodologia

Este capítulo descreve o percurso metodológico seguido para responder ao problema de investigação e atingir os objectivos propostos. Apresenta o método de pesquisa e de procedimento, as técnicas de recolha e análise de dados, a amostragem, os princípios éticos observados, as limitações enfrentadas e respectivas estratégias adoptadas.

5.1. Método de pesquisa

A pesquisa é de natureza qualitativa, adequada à compreensão de fenómenos sociais complexos a partir das percepções e experiências dos actores envolvidos. Embora o recorte empírico se concentre no período de 2014 a 2024, a análise incorpora referências históricas desde a constituição dos partidos políticos, de modo a identificar legados institucionais e padrões de género que antecedem o período estudado. Esta opção metodológica assegura coerência com o enquadramento teórico do institucionalismo histórico e feminista, que permite compreender como as dinâmicas actuais de participação resultam de processos institucionais de longa duração.

No presente contexto, esta abordagem permite analisar de forma profunda as dinâmicas internas de poder entre homens e mulheres nos partidos políticos. Pois, segundo destaca Creswell (2014:42), a investigação qualitativa é apropriada quando se pretende “explorar experiências e percepções individuais”. Gil (2010:21) complementa, ao afirmar que o investigador procura compreender o fenómeno a partir da perspectiva dos sujeitos. Assim, a escolha deste método responde à necessidade de captar significados, contextos e interpretações sobre a participação feminina nas comissões políticas.

5.2. Método de procedimento

Adoptou-se o estudo de caso, por possibilitar uma investigação detalhada de fenómenos contemporâneos dentro do seu contexto real, Gil (2010:37). Foram seleccionadas as comissões da Frelimo, Renamo e MDM por representarem as três principais forças políticas com assento parlamentar e por influenciarem directamente a formulação de políticas de género durante a última década.

Creswell (2014:158) destaca que a escolha de casos estratégicos é essencial para a obtenção de informações relevantes e aprofundadas. Assim, cada partido foi tratado como um caso específico, analisado comparativamente quanto à composição e às dinâmicas de género nos seus órgãos internos.

5.3. Técnicas de recolha de dados

Recorreram-se a duas técnicas principais (Marconi & Lakatos, 2017:186):

- Documentação indirecta: análise de estatutos e instrumentos internos dos partidos, bem como de instrumentos nacionais e internacionais sobre igualdade de género.
- Documentação directa: realização de 11 entrevistas semiestruturadas com membros das comissões políticas dos partidos políticos e um especialista em género, para captar percepções e experiências sobre a participação feminina.

As entrevistas, com duração média de uma hora, decorreram entre novembro de 2024 e agosto de 2025 período prolongado devido à dificuldade de acesso a alguns actores e ao contexto político-eleitoral moçambicano de outubro de 2024 a fevereiro de 2025, marcado por manifestações e tensões pós-eleitorais. Foi usado um formato misto para o total de onze entrevistas: cinco presenciais e seis por chamada telefónica, com abrangência de participantes de Maputo (9), Nampula (1) e Sofala (1).

Os guiões de entrevista foram organizados em quatro eixos: trajectória de militância; critérios de selecção; obstáculos e incentivos à participação; e percepções sobre igualdade de género no funcionamento partidário. Paralelamente, sistematizaram-se dados documentais sobre a composição das comissões políticas entre 2014 e 2024, o que permitiu observar tendências de presença feminina ao longo do tempo.

5.4. Técnica de amostragem e grupo alvo

Utilizou-se a amostragem não probabilista intencional, adequada a estudos qualitativos que privilegiam sujeitos com conhecimento profundo do fenómeno (Richardson, 2012:161; Creswell, 2014:158). Os critérios de selecção basearam-se na relevância, experiência e disponibilidade (Marconi & Lakatos, 2017:163), bem como na diversidade de género, idade e tempo de militância. A amostra final incluiu 11 participantes:

- Frelimo: 3 mulheres;
- Renamo: 2 mulheres, 1 homem;
- MDM: 3 mulheres, 1 homem;
- Especialista externa: 1 académica, Conceição Osório.

5.5. Técnica de análise de dados

Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo, caracterizada por metodologia, princípios e regras bastante sistematizadas que de acordo com Cardoso, *et al.*, (2021:100), “desempenha um importante papel nas investigações no campo das pesquisas sociais, já que analisa com profundidade a questão da subjectividade, ao reconhecer a não neutralidade entre pesquisador, objecto de pesquisa e contexto, sem descredenciar a validade e rigor científicos”. O processo de análise foi dividido em três (3) etapas principais, de acordo com o modelo proposto por Cardoso *et al.* (2021:100):

- Pré-análise e organização do *corpus*: foram reunidos e lidos preliminarmente os documentos estatutários e registros de composição das comissões políticas, bem como as transcrições das entrevistas.
- Codificação e categorização temática: as informações foram classificadas em categorias temáticas alinhadas aos objectivos da pesquisa e foram criados códigos para cada subtema, de modo a agrupar respostas semelhantes e identificar convergências e divergências entre partidos e entrevistados.
- Interpretação e triangulação: articulação entre dados documentais e entrevistas, à luz do institucionalismo histórico e feminista, para compreender como regras formais e práticas informais influenciam a trajectória das mulheres nos partidos. A triangulação entre fontes documentais, dados de composição das comissões e entrevistas semiestruturadas permitiu validar as conclusões e minimizar vieses de interpretação.

Esta abordagem garantiu que a análise fosse sistemática, transparente e fundamentada, ao permitir a identificação de padrões e nuances que revelam não apenas a presença numérica das mulheres, mas também o seu grau de influência nos processos decisórios partidários.

5.6. Questões Éticas

Na sua dimensão qualitativa, a pesquisa observou princípios éticos fundamentais: solicitou-se autorização para gravação das entrevistas, através da concessão de consentimento livre e informado de forma escrita e/ou verbal. Todos os participantes foram informados sobre os objectivos da investigação e da possibilidade de se retirarem da pesquisa a qualquer momento, tendo anuído com a citação dos seus nomes durante a apresentação dos resultados. Igualmente, foi esclarecido que o uso dos dados tinha exclusivamente fins académicos, de tal forma que após a aprovação final do presente trabalho, as gravações de áudio foram apagadas. Por fim, as entrevistas foram feitas em formato (presencial ou telefónico), horários e local de escolha dos entrevistados para garantir o seu conforto e participação.

5.7. Limitações encontradas e estratégias adoptadas durante a pesquisa

Durante a realização da pesquisa, foram identificadas diversas limitações que impactaram a colecta e análise de dados, o que espelha a complexidade do estudo sobre a composição e actuação das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM.

No que toca à selecção dos participantes, foi notada uma maior dificuldade de acesso aos membros do sexo masculino das comissões políticas, enquanto as mulheres participantes estavam relativamente mais acessíveis. Esta limitação não se deveu apenas a factores logísticos, mas também reflecte a forma como o poder e a disponibilidade institucional estão estruturados. Tal dificuldade foi assumida como parte da própria análise, pois reconhece-se que a perspectiva masculina está menos representada devido a restrições práticas de acesso. Para mais, algumas entrevistas tiveram de ser realizadas por chamadas telefónicas devido à indisponibilidade presencial dos participantes e à dispersão geográfica.

Além disso, verificou-se uma limitação significativa na disponibilidade de informação pública sobre a composição e actuação das comissões políticas. Adicionalmente, com excepção da Frelimo, os outros partidos não disponibilizam dados sistematizados em plataformas físicas públicas ou espaços abertos de consulta (ex. bibliotecas do partido, sítios da internet, etc.). Este contexto obrigou a um seguimento contínuo com os membros mais indicados para obtenção de dados como: a) cronologia de constituição das comissões políticas; b) número e nomes de membros ao longo do tempo de análise; c) composição por género em cada comissão política

constituída; d) número de membros efectivos e por inerência. Este processo revelou-se bastante moroso, visto que exigiu múltiplos contactos e validações das informações fornecidas.

Para contornar os desafios supracitados, foram adoptadas três estratégias principais:

- Triangulação de fontes: combinou-se a análise documental com entrevistas directas, que possibilitaram a comparação de informações de diferentes origens para verificar consistência.
- Validação das informações: sempre que possível, os dados fornecidos por um participante foram confirmados com outros membros do mesmo partido ou com documentos internos disponíveis.
- Flexibilidade na colecta de dados: entrevistas presenciais foram complementadas por chamadas telefónicas quando necessário, por forma a garantir a continuidade da pesquisa sem comprometer a qualidade das informações.

Por fim, para compensar as limitações empíricas decorrentes da amostra reduzida e das dificuldades de acesso a certas fontes, recorreu-se à incorporação de referências históricas e documentais desde a constituição dos partidos políticos, o que permitiu enquadrar o período de 2014 a 2024 numa perspectiva de continuidade e mudança institucional. Esta estratégia assegurou maior profundidade analítica e alinhamento com o enquadramento teórico adoptado no estudo sobre o papel das comissões políticas na promoção da igualdade de género em Moçambique.

Capítulo VI

6. Apresentação e Discussão dos Resultados

Este capítulo apresenta e analisa de forma crítica os principais resultados da pesquisa. Inicia com uma análise histórico-institucional que reconstrói a formação e evolução dos três partidos em estudo, Frelimo, Renamo e MDM, e examina como as suas origens, contextos políticos e trajetórias moldaram os padrões de participação das mulheres e a incorporação da agenda de género nas suas estruturas internas. Esta leitura histórica fornece o pano de fundo necessário para compreender a configuração actual das comissões políticas e as dinâmicas que influenciam o acesso feminino a esses espaços de decisão.

Em seguida, o capítulo analisa a evolução da presença quantitativa feminina nas comissões políticas entre 2014 e 2024, enquanto explora a sua composição em género e as tendências comparativas entre os três partidos. A secção seguinte caracteriza os perfis sociopolíticos dos membros e os mecanismos de acesso das mulheres, abrangendo tanto os dispositivos formais, estatutos, normas internas e quotas, como os mecanismos informais, baseados em redes de confiança e práticas de negociação.

Por fim, são igualmente examinadas as percepções dos membros partidários sobre o papel das mulheres, bem como os principais incentivos e desafios identificados na recolha de dados.

Os resultados são interpretados à luz do quadro teórico do Institucionalismo Histórico e Feminista, pela articulação dos dados empíricos, disposições estatutárias, documentos oficiais e literatura académica, de modo a assegurar coerência e profundidade analítica ao estudo.

6.1. Evolução histórico-institucional da participação das mulheres nos partidos políticos moçambicanos: Frelimo, Renamo e MDM

A compreensão das dinâmicas actuais de acesso das mulheres às comissões políticas exige uma leitura que transcenda a observação do presente e recorra às origens e transformações históricas dos partidos políticos moçambicanos. A Frelimo, a Renamo e o MDM não apenas moldaram o sistema partidário nacional, como também incorporaram, em diferentes momentos, concepções específicas sobre o papel político das mulheres. Essa trajetória permite observar como escolhas institucionais feitas desde a constituição de cada partido, as suas normas, culturas

organizacionais e conjunturas críticas, produziram efeitos duradouros sobre a distribuição do poder e a inclusão feminina nos espaços de decisão. Sob a lente do Institucionalismo Histórico, tais processos revelam uma dependência de trajetória marcada por continuidades e adaptações graduais, enquanto a abordagem feminista permite identificar de que forma as mulheres foram simultaneamente moldadas e agentes dessas transformações, ao negociar espaços num ambiente político amplamente masculinizado.

Em primeiro, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), foi fundada em 1962 como movimento de libertação nacional, fruto da “fusão” de três movimentos nacionalistas de base regional: a União Nacional Africana Moçambicana (MANU), a União Nacional Democrática de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). A FRELIMO conquistou a independência do país em 1975, e dois anos depois passou a chamar-se “Frelimo”, nome do partido político criado em 1977 que adoptou um regime de inspiração marxista-leninista. Com a Constituição de 1990 e a abertura ao multipartidarismo, a Frelimo reconfigurou-se como partido dominante no sistema democrático, mantendo-se continuamente no governo até à hodiernidade (Nuvunga, 2014:3).

Mesmo na altura da fundação como movimento de libertação, a Frente constituiu a LIFEMO, que era um colectivo de mulheres que mobilizava-se para apoiar logisticamente a luta (Casimiro, 2005). Poucos anos depois, em 1965, este grupo de mulheres reivindicou o direito ao treino militar, e deu origem ao DF, um marco de agência feminina e conjuntura crítica num contexto de guerra, que reconfigurou o papel das mulheres dentro do movimento. Em 1973, foi criada a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), que consolidou a participação das mulheres no projecto político do partido, mas também a enquadrou em funções de mobilização e educação cívica, um exemplo de mudança institucional gradual, que manteve a hierarquia masculina no topo da estrutura partidária.

Apesar da centralidade da mulher na Frente de Libertação, a sua participação durante a luta armada foi amplamente condicionada por papéis socialmente atribuídos, como o cuidado dos combatentes através da enfermagem e da cozinha e a mobilização de comunidades. Mesmo nesses espaços, as mulheres enfrentaram episódios de abuso, violência e marginalização, que revelam a contradição entre o discurso de emancipação e as práticas internas do movimento. Ainda assim, ao reivindicarem visibilidade e reconhecimento, tornaram-se impulsionadoras de

uma agenda de igualdade que desafiou a hierarquia patriarcal do partido, configurando um momento de inflexão histórica.

No período pós-independência, contudo, essas estruturas femininas, outrora essenciais para a mobilização social e política, perderam autonomia, sendo gradualmente absorvidas pela lógica centralizadora do partido-Estado. A criação do *Bureau Político* da Frelimo, antecessor da actual comissão política, consolidou essa institucionalização masculina do poder: nenhum dos seus membros era mulher. Esses marcos constituem conjunturas críticas que não apenas definiram o padrão de participação das mulheres no seio partidário, mas também estabeleceram um legado institucional de longa duração, no qual as regras formais e as práticas informais continuaram a reproduzir uma divisão de papéis e uma hierarquia de género.

Sob a lente do Institucionalismo Histórico, observa-se que as escolhas feitas nesse momento inicial, sobre quem detém poder, quem decide e como se define a liderança, criaram mecanismos de dependência de trajectória que moldaram a evolução subsequente da representação feminina. Embora mudanças graduais, como a introdução de quotas e menções à igualdade nos estatutos partidários, tenham ampliado formalmente o espaço das mulheres, à luz do Institucionalismo Feminista é possível constatar que as normas tácitas de género e as redes de confiança masculina mantêm-se como filtros persistentes que limitam a sua influência efectiva nos espaços de decisão.

Em segundo lugar, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) emergiu “cerca de dois anos após a independência, como um movimento rebelde, inicialmente apoiado pelo regime racista da Rodésia e depois, após a independência do Zimbabué em 1980, muito mais vigorosamente pelo regime do apartheid sul-africano” (Nuvunga, 2014:6; Cahen, 2022:200), e mais tarde, consolidou-se como um movimento de reivindicação política que “recebia apoio das populações da região centro e norte de Moçambique onde se fazia sentir a sua identidade política e a mesma tinha ligação com o povo local” (Fernando, 2021:194). Com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992 que colocou fim ao fim da guerra civil de 16 anos, a Renamo transformou-se em partido político. Desde então até 2024², a Renamo tem ocupado a posição de principal força de oposição, reivindicando maior descentralização e inclusão política.

² Os resultados das eleições gerais de 2024 em Moçambique, trouxeram ao campo político uma nova força, o Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS) que ocupou a posição de maior (principal) partido da oposição.

Outro evento importante para esta pesquisa ocorrido em 1980, foi a autorização da incorporação das primeiras mulheres na base militar da Renamo durante a guerra civil em Manica, que criou o Destacamento Feminino da então RENAMO. Este acto, representou tanto a emancipação das mulheres na guerra como a ponte para a sua entrada no trabalho político activo. Ao longo das décadas, estas mulheres reivindicaram maior reconhecimento e organizaram-se, o que resultou na criação formal da Liga Feminina da Renamo (LFR), que actua até hoje como órgão social do partido com forte papel de mobilização e representação política.

A trajectória da Renamo ilustra igualmente como crises e transições funcionaram como pontos de inflexão que redefiniram o lugar das mulheres no partido. Durante o período de guerra, o ambiente altamente masculinizado e hierarquizado atribuiu às mulheres funções secundárias, como mensageiras, enfermeiras ou mobilizadoras comunitárias, enquanto o poder político e militar permanecia concentrado nas mãos masculinas. Essa lógica de exclusão, forjada num contexto de conflito, cristalizou-se nas estruturas organizacionais do partido, ao reproduzir uma visão do poder como domínio essencialmente masculino.

Mesmo após os Acordos de Paz de 1992, a reconversão da Renamo em força política não rompeu com esses padrões. As lideranças femininas, ainda que presentes, foram incorporadas de forma periférica e sob forte controlo hierárquico, o que evidencia a persistência de normas culturais e institucionais de longa duração que continuam a limitar o protagonismo político das mulheres. Sob a lente do Institucionalismo Histórico, este percurso revela como as escolhas e estruturas herdadas do período de guerra criaram mecanismos de dependência de trajectória, nos quais o poder decisório é mantido dentro de redes masculinas consolidadas.

Por outro lado, o Institucionalismo Feminista permite compreender que a resistência e desconfiança face à liderança feminina não derivam apenas de regras explícitas, mas de valores e práticas informais que continuam a definir quem é percebido como legítimo para ocupar posições estratégicas. Apesar de o partido ter introduzido discursos e mecanismos de inclusão nos seus estatutos recentes, a influência substantiva das mulheres na tomada de decisão mantém-se restrita, evidenciando como as instituições permanecem *genderizadas* mesmo em contextos onde o debate sobre igualdade de género se tornou politicamente visível.

Em terceiro e por fim, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) foi fundado em 2009, fruto da expulsão de Daviz Simango da Renamo, apoiado inicialmente por um grupo de

cidadãos reunidos em torno do Grupo de Reflexão e Mudança (GRM). O MDM tinha como objectivo criar uma “terceira via” no cenário político, pelo rompimento da bipolarização política que caracterizava o cenário político moçambicano, dominado pela Frelimo e pela Renamo desde as primeiras eleições democráticas de 1994 (Chichava, 2010:3-13). O MDM rapidamente conquistou espaço em autarquias urbanas e no parlamento, apresentando-se como alternativa moderada e reformista.

O MDM surge num contexto em que o debate sobre participação política das mulheres já era robusto no país (influência das quotas da SADC e da agenda de género de Pequim, bem como da aprendizagem institucional derivada das experiências de Frelimo e Renamo). Por isso, quando a Liga da Mulher do MDM foi criada em 2010, tinha o propósito explícito de garantir poder de influência e decisão das mulheres, e não apenas mobilização simbólica. A posterior, os estatutos passaram a conferir à presidente da Liga Nacional da Mulher assento com direito a voto na Comissão Política, o que sinalizou um avanço institucional formal em relação a outros partidos, onde as ligas femininas muitas vezes têm papel consultivo, mas não deliberativo.

A trajectória do MDM apresenta um caso particular entre os três partidos analisados. Surgido em 2009 de uma cisão interna na Renamo, o partido construiu a sua identidade em torno de um discurso de renovação democrática e de ruptura com práticas de exclusão e centralização de poder. Esse posicionamento inicial traduziu-se em maior abertura à participação de jovens e mulheres, tanto nas estruturas de base como em cargos de visibilidade, especialmente durante o período de consolidação sob a liderança de Daviz Simango.

Contudo, a análise das composições da comissão política entre 2014 e 2024 revela que, embora o MDM apresente percentagens ligeiramente superiores de mulheres em comparação com a Frelimo e a Renamo, essa presença ainda se concentra em funções de natureza consultiva ou de representação social. A morte do seu fundador, em 2021, e a subsequente recomposição da direcção sob Lutero Simango demonstram que, mesmo em partidos de origem recente e discurso reformista, as redes de confiança e lealdade política continuam fortemente masculinas, condicionando o alcance da influência feminina nos processos decisórios.

Sob a lente do Institucionalismo Histórico, o MDM evidencia que as estruturas e práticas herdadas dos modelos partidários dominantes em Moçambique, centralização, verticalidade e personalismo, tendem a reproduzir-se mesmo em contextos de renovação. Ainda assim, a sua

curta história e a ausência de legados de guerra e libertação tornam-no um caso promissor para observar mudanças institucionais graduais mais abertas à inclusão de mulheres.

Do ponto de vista do Institucionalismo Feminista, o MDM representa um espaço de negociação simbólica entre inovação e reprodução: as mulheres ocupam maior visibilidade discursiva e formal, mas a capacidade de influenciar agendas e deliberações permanece limitada pelas normas informais e pelos padrões de confiança que continuam a privilegiar lideranças masculinas. Mesmo assim, o reconhecimento interno do valor político das mulheres, aliado à retórica de renovação, constitui um ponto de partida relevante para futuras transformações institucionais mais substantivas.

De modo geral, a análise comparativa das três formações partidárias revela que, apesar de trajetórias distintas, todas partilham padrões institucionais de longa duração que moldam o lugar das mulheres na política moçambicana. Na Frelimo, a origem libertadora gerou um discurso precoce de emancipação que, contudo, foi acompanhado pela institucionalização masculina do poder e pela perda de autonomia das estruturas femininas após a independência. Na Renamo, a herança militar e hierarquizada consolidou um modelo de liderança excludente, onde a autoridade política continua fortemente associada ao protagonismo masculino. Já o MDM, ainda que mais recente e com um discurso reformista, mostra como os legados organizacionais e culturais dos partidos dominantes continuam a influenciar a sua prática, limitando o alcance das suas inovações inclusivas.

À luz do Institucionalismo Histórico, esses percursos ilustram mecanismos de dependência de trajetória que se reproduzem mesmo em contextos de mudança formal, assegurando a continuidade de padrões de acesso baseados em redes masculinas e critérios informais de selecção. Complementarmente, o Institucionalismo Feminista permite compreender que tais legados não se sustentam apenas nas regras escritas, mas nas normas tácitas, valores e práticas que estruturam a autoridade política e a legitimidade do poder. Assim, ainda que as reformas estatutárias e os discursos de igualdade tenham introduzido oportunidades inéditas de participação, a influência substantiva das mulheres nos espaços centrais de decisão permanece condicionada por estruturas históricas e culturais que resistem à mudança.

Em conjunto, os três (3) partidos foram, ao longo da última década, os principais partidos que estruturaram de forma significativa o debate político nacional. Embora a emergência de novos

actores, como o PODEMOS, venha progressivamente a alterar o cenário partidário. Assim, a análise das suas comissões políticas, permite compreender de forma privilegiada os mecanismos e dinâmicas que condicionam o acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão, assim como os desafios persistentes à promoção da igualdade de género no interior das estruturas partidárias moçambicanas.

6.2. Evolução da participação quantitativa feminina nas comissões políticas

A análise da evolução da composição das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 e 2024 revela dinâmicas relevantes para compreender o acesso feminino aos órgãos centrais de decisão. Para além do número absoluto de membros, um aspecto metodológico importante é a distinção entre membros com plenos poderes e membros que participam das reuniões mas não possuem direito a voto (como Secretários-Gerais, Presidentes dos órgãos sociais do partido ou de conselhos internos), designados “membros por inerência de funções” para os casos da Frelimo e Renamo. Estes cargos, em geral, asseguram voz às estruturas de base, mas limitam a influência directa na deliberação.

Sempre que possível, esta análise apresenta os totais desagregados, o que permite observar como a presença feminina se distribui entre membros com e sem poder deliberativo, tendo estes últimos, um impacto na leitura da representatividade de género, na medida em que aumentam numericamente a presença, mas não alteram necessariamente a correlação de forças internas.

Esta secção analisa a evolução da participação feminina nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 e 2024, considerando os respectivos marcos congressuais. As periodicidades variam conforme a dinâmica de cada partido: na Frelimo, entre o X e o XII Congresso (2012-2025); na Renamo, do V ao VII Congresso (2009-2024); e no MDM, as reformas congressuais e não só entre 2010 e 2024.

Essas variações reflectem ritmos institucionais próprios e expressão dos diferentes modos de organização e alternância. Assim, a comparação entre os partidos privilegia os momentos de reconfiguração interna e as tendências de inclusão feminina observadas ao longo da última década.

6.2.1. Composição em género das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM

As tabelas abaixo apresentam a distribuição total de membros, desagregada entre homens e mulheres, com destaque para o número de membros efectivos e por inerência, para propiciar uma análise não apenas focada no número absoluto de mulheres, mas também no seu peso relativo em cada ciclo das comissões políticas.

A análise quantitativa mostra que, apesar de pequenos aumentos, a presença feminina nas comissões políticas permanece minoritária, raramente ultrapassando um terço dos assentos. Esta estabilidade sugere que as mudanças são incrementais e reflectem uma trajectória de longa duração de exclusão parcial e padrões históricos de masculinização das estruturas decisórias, iniciados na fundação dos partidos, onde os compromissos formais estatutários e quotas ainda não se traduzem em renovação significativa da elite dirigente.

O institucionalismo histórico ajuda a compreender este cenário: as regras e práticas de selecção e promoção nos partidos foram desenhadas num contexto de domínio masculino, e apenas sofreram mudanças incrementais, muitas vezes como resposta a conjunturas críticas (como alterações constitucionais, pressões internacionais para a adopção de instrumentos de promoção de igualdade de género e/ou congressos partidários). No entanto, tais mudanças raramente alteraram o núcleo de funcionamento das comissões políticas.

Tabela 2: Frelimo: composição em género da comissão política nacional de 2012 à 2025 (X ao XII Congresso)³

Período	# Total de Membros	# de Homens	# de Mulheres	% Mulheres
2012-2017 X Congresso	18	12 (3 por inerência)	6	33,3%
2017-2022 XI Congresso	20	14 (2 por inerência)	6	30%
2022-2025 XII Congresso	18	11 (1 por inerência)	7 (1 por inerência)	38,9%

³ Fonte: tabela gerada pela licencianda, Hortência Franco, 2025.

Na Frelimo, nota-se pela tabela que apesar da flutuação no número total de membros, observa-se estabilidade na presença feminina em torno de um terço, com ligeiro crescimento após o XII Congresso, que deve-se parcialmente à entrada de uma mulher por inerência (Secretária do Comité de Verificação), o que não representa necessariamente mais poder decisório.

Tabela 3: Renamo: composição em género da comissão política nacional de 2009 à 2024 (V ao VII Congresso)⁴

Período	# Total de Membros	# de Homens	# de Mulheres	% Mulheres
2009-2019 V Congresso	13	9 (1 por inerência)	4	30,7%
2019-2024 VI Congresso	16	12 (1 por inerência)	4	25%
2024-Presente VII Congresso	21	15 (5 por inerência)	6 (2 por inerência)	28,6%

A Renamo apresenta uma proporção feminina mais instável ao longo do tempo. A expansão numérica após o VII Congresso não se traduziu em proporcionalidade de género, pois manteve a presença feminina abaixo de 30%. Além disso, metade das mulheres da actual comissão estão em posição de inerência, o que limita o seu poder deliberativo, e reforça o fenómeno de “inclusão simbólica” descrito por Ballington (2012:16), pois a participação das mulheres não se traduz necessariamente em poder de decisão efectivo.

Tabela 4: MDM: composição em género da comissão política nacional de 2010 à 2024⁵

Período	# Total de Membros	Homens	Mulheres	% Mulheres
2010-2012	13	11	2	15,4%
2013-2017	16	11	5	31,3%
2018-2020	17	13	4	23,5%
2021	15	12	3	20%

⁴ Fonte: tabela gerada pela licencianda, Hortência Franco, 2025.

⁵ Fonte: tabela gerada pela licencianda, Hortência Franco, 2025.

2022-2024	15	10	5	33,3%
------------------	----	----	---	-------

O MDM evidencia maior volatilidade ao longo do tempo, visto que alternou entre momentos de baixa representatividade (2010-2012) e períodos de paridade relativa (2022-2024). Interessantemente, no MDM, a entrada de uma Secretária-geral em 2022 presença da Presidente da Liga Nacional da Mulher revela-se ainda mais significativa quando considerado o seu poder deliberativo, ao contrário de Renamo e Frelimo, ela não é mera membro por inerência, mas exerce voto pleno. Este dispositivo estatutário confere às mulheres um canal efectivo de influência sobre decisões partidárias. No entanto, o mesmo não se pode dizer da Secretária-Geral que entra para a comissão política como membro sem direito a voto.

6.2.2. Comparações entre os partidos e identificação de tendências

O gráfico abaixo sumariza a evolução da composição em género nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014-2024:



Gráfico 1: evolução da composição em género nas comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM de 2014-2024⁶

A análise comparativa revela que a participação feminina nas comissões políticas dos três partidos segue tendência de crescimento, ainda que de forma gradual e aquém da paridade. Esta

⁶ Fonte: tabela gerada pela licencianda, Hortência Franco, 2025.

evolução reflecte, em parte, os compromissos normativos, como o exemplo do MDM que representa um caso singular, pois garante assento deliberativo à Presidente da Liga Nacional da Mulher, o que fortalece a institucionalização da participação feminina.

As variações na participação feminina acompanham de perto marcos institucionais e políticos, na Frelimo e na Renamo, os congressos partidários representam momentos críticos de renovação ou reafirmação de lideranças, com papel determinante da recomposição das comissões políticas. Adicionalmente, mudanças nos estatutos, funcionaram como gatilhos para ligeiros aumentos da participação feminina, embora sem estabelecer regras vinculativas de paridade.

Nos três partidos, sucessões de liderança também tiveram impacto, constituindo momentos de reconfiguração institucional, de modo particular, a morte de Afonso Dhlakama (2018) e de Daviz Simango (2021) precipitaram recomposições que abriram espaço para novas indicações, incluindo mulheres na Renamo e no MDM, respectivamente. No entanto, os dados mostram que estas aberturas são episódicas e dependem fortemente da vontade das lideranças, em vez de resultarem de mecanismos institucionais estáveis.

Em síntese, os números confirmam avanços graduais, mas também revelam a fragilidade dos mecanismos que sustentam a presença feminina nos órgãos de decisão. Do ponto de vista do institucionalismo feminista, a análise mostra que a *genderização* das instituições persiste: mulheres são incluídas, mas frequentemente em papéis secundários ou decorativos, com acesso limitado a cargos estratégicos.

Para compreender de forma mais profunda como estas variações ocorrem e quais factores condicionam o acesso das mulheres a estes espaços, o próximo subcapítulo examinará os perfis e mecanismos formais e informais de acesso às comissões políticas.

6.3. Perfis e mecanismos de acesso das mulheres às comissões políticas

6.3.1. Perfil sociopolítico dos entrevistados das comissões políticas

A análise dos perfis sociopolíticos dos membros das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM, a partir das dez entrevistas realizadas, confirma que se trata de figuras com forte peso

político-institucional, dado o carácter central destes órgãos na tomada de decisão dos partidos. Como sugerem Silva e Campos (2019:65), os espaços executivos são decisivos na distribuição de recursos e na definição de candidaturas, pelo que compreender quem acede a estes lugares é essencial para a análise da participação feminina.

No caso da Frelimo, as três entrevistadas são mulheres com mais de 65 anos, todas com formação superior (duas com mestrado) e carreiras consolidadas em áreas como economia, docência e psicologia. A escolaridade elevada e a longa experiência de serviço público revelam que o acesso é fortemente mediado pelo capital técnico-académico superior e circulação longa em órgãos intermédios até à comissão política. Como afirmou Esperança Bias, uma das entrevistadas, ao exemplificar através da sua trajectória a lógica de progressão institucionalizada *“estive no Comité Central desde 2005; de 2012 a 2017 na Comissão Política; de 2017 a 2022 regressei ao Comité Central; em 2022 voltei à Comissão Política”* (2025). Por seu turno, outra entrevistada, Ana Rita Sithole, sublinhou a socialização política precoce: *“já era jovem militante(...) depois fui parte do Comité da Cidade, Comité Central e Comissão Política por dois congressos – fiz até o topo”* (2025). Por fim, no depoimento de uma das primeiras mulheres a integrar a Comissão Política da Frelimo, sobressai a questão de negociação de legitimidade em meio masculino num contexto de subrepresentatividade feminina: *“quando fui convidada a ser a primeira mulher a integrar a comissão política eu disse que aceitava só se tivessem duas (2) ‘fatias’ [vagas para mulheres]; se fosse só uma, eu daria a uma antiga combatente”* (Alcinda de Abreu, 2025). Estes testemunhos revelam a dupla exigência para as mulheres: combinar qualificação académica com demonstrações de lealdade organizacional e solidariedade política.

Por sua vez, na Renamo, os perfis são mais heterogéneos, embora também marcados pela senioridade. As duas mulheres entrevistadas (72 anos cada) têm bases ligadas ao ensino, enquanto o homem entrevistado (59 anos), ilustra a conversão do capital político-militar em legitimidade: *“fui recrutado em 1986 para a formação militar no exterior; após os Acordos de Paz em 1992 transitei para a arena política tendo durante muitos anos estado como chefe de mobilização em Maputo e de seguida fui indicado para a Comissão Política Nacional”* (Samuel Manjate, 2025). Já Maria Angelina Dique (2025) relata uma entrada mediada por redes de confiança e aprendizagem em serviço: *“colocaram o meu nome na lista, eu só sabia dar aulas, fui aprendendo ‘a disparar disparando’, até que pela minha prestação e comprometimento,*

cheguei a Comissão Política”. Este quadro confirma que, na Renamo, a escolaridade formal não é critério uniforme de acesso, sobretudo para os homens, enquanto para as mulheres a entrada tende a ser mais circunstancial e dependente de indicações.

O MDM, por seu turno, apresenta maior diversidade geracional e académica. Sobressai a presença de Judite Macuácuá, jurista de 40 anos, que destaca a dimensão estatutária do acesso ao referir que “*como presidente da Liga da Mulher, sou membro da Comissão Política*” (Judite Macuácuá, 2025). Este é um contraste relevante face aos partidos mais antigos, que sinaliza mecanismos de abertura formal. Lutero Simango enfatiza a continuidade da linhagem política familiar “*sou membro da Comissão Política desde 2009*” (2025), enquanto Leonor Lopes descreve ascensão por mérito organizacional: “as pessoas foram notando aquilo que eu era e fazia” (Leonor Lopes, 2025). Este cenário sugere que o MDM combina fundação partidária, regras estatutárias e reconhecimento de competências na definição do acesso. A literatura internacional sublinha a importância destes mecanismos internos para que partidos transcendam a retórica e institucionalizem a igualdade (Kandawasvika-Nhundu, 2021:5-6).

Em síntese, três tendências merecem destaque:

- A idade avançada e a militância prolongada continuam a ser determinantes para o acesso em todos os partidos, embora o MDM mostre sinais de renovação.
- A escolaridade elevada é valorizada sobretudo na Frelimo e no MDM, enquanto na Renamo o capital histórico-militar tende a prevalecer.
- Em termos de género, os homens podem converter capital histórico directamente em autoridade de acesso, mesmo com menor qualificação formal, enquanto as mulheres necessitam de acumular credenciais múltiplas para alcançar legitimidade: académicas, organizacionais ou estatutárias. Esta disparidade confirma que, embora haja presença feminina, os caminhos de chegada e o poder efectivo exercido variam significativamente, o que reflecte dinâmicas institucionais e de género identificadas pela literatura comparada (Silva, Campos, 2019:70; Porcaro, 2019:136).

Os perfis analisados revelam que as mulheres que chegam às comissões políticas são, em grande parte, militantes com longa trajectória partidária, capital académico elevado e inserção profissional em áreas de prestígio. A exigência tácita de experiência “mais do que comprovada”

evidencia uma barreira estrutural que restringe o acesso de mulheres mais jovens ou com menor capital social, um exemplo de como as normas informais reforçam desigualdades.

Tabela 5: Perfil sociodemográfico dos membros entrevistados das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM⁷

Partido	Nome	Género	Idade	Estado Civil	Nível académico	Profissão
Frelimo	Esperança Bias	Mulher	66	Casada	Licenciatura em Economia	Economista
	Ana Rita Sithole	Mulher	68	Viúva	Mestrado em Educação e Relações Internacionais	Professora & Diplomata
	Alcinda António Abreu	Mulher	72	Viúva	Mestrado em Desenvolvimento Rural	Psicóloga
Renamo	Gania Mussagy	Mulher	72	Divorciada	Pré-universitário	Professora
	Maria Angelina Dique	Mulher	72	Viúva	Licenciatura em Ensino de Português	Professora
	Samuel Manjate	Homem	59	Casado	Nível Básico	Sem profissão técnica
MDM	Lutero Simango	Homem	64	Casado	Licenciatura em Engenharia Mecânica	Engenheiro Mecânico
	Leonor Lopes	Mulher	62	Viúva	Bacharel em Gestão Financeira e Licenciatura em Recursos Humanos	Gestora bancária e Gestora de Recursos Humanos
	Judite Siteo Macuácuá	Mulher	40	Casada	Licenciatura em Direito	Jurista
	Maria Virgínia	Mulher	60	Casada	Licenciatura em Ensino Básico	Professora

Fonte: tabela gerada pela licenciada, Hortência Franco, 2025.

6.3.2. Mecanismos formais de acesso: estatutos, quotas e normas internas

A análise dos mecanismos formais de acesso às comissões políticas evidencia que, apesar de os três partidos em estudo, Frelimo, Renamo e MDM, possuírem estatutos e regulamentos internos que orientam a vida partidária, com exceção do MDM que prevê que a Presidente da Liga Nacional da Mulher (LNM) participa como membro pleno com direito a voto, nenhum deles estabelece regras claras e vinculativas para assegurar equilíbrio de género na composição das

⁷ Fonte: tabela gerada pela licenciada, Hortência Franco, 2025.

suas comissões políticas. Esses órgãos decisórios continuam a ser regidos de forma indirecta, a partir de princípios gerais consagrados nos estatutos, o que deixa espaço para interpretações discricionárias por parte das lideranças. Assim, o exame desta dimensão será estruturado em três eixos: i) disposições estatutárias, ii) sistemas de quotas e iii) papel dos ‘braços’ femininos como normas internas de representação.

6.3.2.1. Disposições Estatutárias

Na Frelimo, os estatutos de 2012 e 2023 definem que a Comissão Política é eleita pelo Comité Central, composta por 15 a 21 membros, incluindo o Presidente (PR), o Secretário-Geral (SG), o Secretário do Comité de Verificação (SCV), estes dois últimos sem direito a voto. Estes estatutos incluem referências explícitas à mulher e igualdade de género, como a garantia de igualdade “independentemente do sexo” (Art. 3), o dever de “lutar pela emancipação da mulher e igualdade de género” (Art. 11), e a possibilidade de quotas mínimas de mulheres e jovens em listas eleitorais (Art. 92, n.º 3), mas tais disposições não se estendem à composição interna da Comissão Política. Como afirmou a entrevistada Ana Rita Sithole (2025), *“o Comité vota nomes previamente indicados, respeitando o princípio de 60% de continuidade e 40% de renovação, sem distinção entre homens e mulheres”*. Este quadro confirma o que Kandawasvika-Nhundu (2013:13) observou em 33 países africanos: mesmo quando os estatutos de partidos fazem menção à igualdade, raramente estabelecem medidas específicas para a sua implementação.

Na Renamo, os Estatutos de 2013 e 2019 (*Boletim da República*, N.º 40, III Série, de 21 de maio de 2013) estipulam que a Comissão Política Nacional integra o Presidente, 14 membros eleitos pelo Conselho Nacional e 7 membros por inerência, entre os quais o Secretário-Geral e os presidentes das ligas da feminina e da juventude. Os documentos apenas mencionam que o partido se constitui “sem distinção de sexo” (Art. 1), e estabelecem, no Artigo 25, a obrigatoriedade de observância do princípio de representação de género na eleição do Conselho Nacional. Contudo, na prática, essa disposição não é aplicada à Comissão Política, tal como confirmou a entrevistada Maria Angelina Dique (2025) *“esse princípio nunca foi detalhado nem aplicado de forma vinculativa na Comissão Política; na prática, quem decide é o Presidente do partido”*. A mesma ideia foi reforçada por Samuel Manjate (2025), ao assinalar que *“os estatutos dizem eleição, mas na prática a composição é feita por indicação”*. Este

desencontro entre norma formal e prática reflecte o que OSCE-ODIHR (2014:16-17) designa como barreiras criadas por regulamentos internos ambíguos, que permitem a manutenção de mecanismos informais de exclusão.

No caso do MDM, os Estatutos de 2021 (Boletim da República, N.º 65, III Série, de 06 de Abril de 2021) definem que a Comissão Política Nacional é ractificada pelo Conselho Nacional sob proposta e nomeação do presidente do partido, composta por 17 membros: o Presidente do Partido, onze membros propostos e ractificados pelo Conselho Nacional, o Chefe da Bancada Parlamentar, a Presidente da Liga Nacional da Mulher e o Presidente da Liga Nacional da Juventude. O Secretário-Geral e o Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição participam nas reuniões sem direito a voto, e o Presidente pode convidar outros quadros a título consultivo.

No que respeita ao género, os estatutos incluem referências genéricas à não discriminação, o Artigo 3 estabelece que o partido congrega cidadãos “independentemente do sexo”, e o Artigo 37 reconhece formalmente a Liga da Mulher como organização social destinada à promoção e mobilização de mulheres. Não existe previsão de quotas ou paridade para a composição da Comissão Política. Ainda assim, a presença estatutária da Presidente da Liga da Mulher, como membro efectivo e com direito a voto, garante um mínimo de representação feminina permanente, o que reforça a importância de lideranças femininas para o funcionamento do partido. Este quadro confirma a análise de Kandawasvika-Nhundu (2013:13), que observa que, mesmo quando partidos incorporam linguagem de igualdade, a implementação de medidas vinculativas continua a depender da vontade política das lideranças.

No entanto, como defende o institucionalismo feminista, regras formais só se traduzem em mudanças quando acompanhadas de mecanismos de *enforcement* e vontade política.

6.3.2.2. Quotas

No que respeita a quotas, observa-se uma aplicação desigual entre os partidos. A Frelimo prevê 30% de mulheres e 30% de jovens em listas de candidaturas a órgãos externos, mas não aplica este critério às suas estruturas internas, para a comissão política, aplica-se apenas a quota de 60% continuidade e 40% renovação. A Renamo não possui quotas formais, limitando-se a evocar genericamente o princípio de representatividade. O MDM, embora evoque também

genericamente a adopção de listas-zebra nas eleições, não estabelece metas internas. Este cenário confirma a constatação de Osório & Macuácu (2019:75), segundo os quais, embora Moçambique tenha aderido a instrumentos internacionais e regionais que incentivam a adopção de quotas, os partidos políticos não são responsabilizados directamente por implementá-las, o que deixa um vazio normativo que perpetua desigualdades.

6.3.2.3. Normas internas e ‘braços’ femininos

As organizações sociais internas femininas, a Organização das Mulheres Moçambicanas – OMM da Frelimo, a Liga Feminina da Renamo e a Liga Nacional da Mulher do MDM – constituem outro mecanismo formal de inserção das mulheres. Nos estatutos, são apresentadas como canais de mobilização e representação institucional. No entanto, embora presidentes destas ligas tenham assento nas comissões políticas (na Renamo sem direito a voto e no MDM como membro efectivo), a sua função tende a restringir-se a “questões de mulheres”, frequentemente de carácter doméstico e social. Este funcionamento confirma o diagnóstico de Ballington (2012:16), que descreve estes espaços como formas de “inclusão simbólica”, onde a representação não se converte em influência substantiva. Do mesmo modo, Osório & Macuácu (2015:23) sublinham que estas ligas, ao invés de promoverem transversalidade de género, acabam por reproduzir lógicas tradicionais de divisão sexual de papéis, o que pode ser entendido como uma forma de “marginalização institucional”.

6.3.3. Mecanismos informais de acesso: redes, negociações internas, apoio partidário

Para além das disposições estatutárias, a composição das comissões políticas assenta fortemente em mecanismos informais, frequentemente decisivos para determinar quem ascende e se mantém nesses órgãos. Redes pessoais de confiança, lealdade demonstrada ao longo da militância, capacidade de mobilização e dinâmicas de negociação pouco transparentes surgem como elementos centrais de selecção. Este predomínio confirma a observação feita em OSCE-ODIHR (2014:16-17), segundo a qual a ausência de regras claras abre espaço para que práticas internas discricionárias condicionem a participação das mulheres.

Na Frelimo, tanto Ana Rita Sithole como Alcinda de Abreu sublinharam que, embora os estatutos prevejam eleições no seio do Comité Central, na prática contam muito a reputação, a entrega demonstrada em tarefas políticas e a capacidade de inspirar confiança entre os militantes. Como observou Ana Rita Sithole (2025), *“normalmente um membro da comissão política já esteve em órgãos de direcção em vários níveis (...), já reúne esse requisito de experiência para estar em qualquer órgão de decisão da Frelimo”*. Ainda assim, a entrevistada reconhece a existência de práticas pouco transparentes, ao aludir a situações em que *“há camaradas que não têm nenhum impacto (...), como é que de repente aparecem nos órgãos? Se calhar temos que ser mais incisivos nas normas”*. Alcinda de Abreu (2025) por sua vez, enfatiza que o respeito aos valores de camaradagem, humildade e amor à pátria devem prevalecer sobre interesses individuais, ao realçar que a legitimidade advém não só do estatuto, mas também da vivência ética e do reconhecimento colectivo da prestação de cada membro. Esses testemunhos espelham a análise de Sacchet (2005:9), que aponta a importância de factores relacionais e da socialização política como chaves de acesso às esferas decisórias.

Na Renamo, os dados mostram que o mecanismo central é a indicação pelo Presidente do partido, posteriormente confirmada pelo Conselho Nacional. Maria Angelina Dique (2025) reconheceu este dado nos seguintes moldes: *“o presidente indica e o Conselho Nacional confirma, tem que ter sempre essa confirmação, porque ele não pode a qualquer momento tirar e colocar outra pessoa”*. Samuel Manjate (2025), acrescentou que *“olha-se ao tempo de militância no partido, dedicação e respeito pelo estatuto”*. Assim, mais do que regras formais, são a confiança do líder e a antiguidade que moldam o acesso. Esta dinâmica confirma a leitura de Silva & Campos (2019:70), para quem as comissões políticas tendem a funcionar como espaços de elites consolidadas, com reduzida abertura a novos actores, em especial mulheres.

O MDM, por sua vez, evidencia uma centralização ainda mais marcada. Lutero Simango (2025), explicou que a selecção resulta de uma combinação de *“indicação, experiência e aceitação”*, mas reconheceu o peso da confiança pessoal. Leonor Lopes (2025), foi mais enfática ao referir que: *“o Presidente é que indica os membros, são pessoas da sua confiança, pelo desempenho, tempo de militância e seriedade”*. Também Judite Macuácuá (2025), confirmou que *“praticamente a comissão política é nomeada pelo presidente”*. Este padrão ilustra o que Porcaro (2019:136) descreve como a reprodução de desigualdades no seio dos

espaços decisórios partidários, onde a lógica de confiança pessoal tende a limitar a diversidade e a inclusão de gênero.

Em síntese, os dados demonstram que os mecanismos informais baseados em confiança, senioridade e negociações internas, são mais determinantes que os dispositivos estatutários. Para os homens, sobretudo em partidos como a Renamo, o capital político-militar ou a proximidade histórica ao líder podem compensar lacunas de escolaridade ou experiência formal. Para as mulheres, pelo contrário, exige-se geralmente uma combinação mais robusta de credenciais: escolaridade, militância e reputação, para que sejam reconhecidas como confiáveis. Esta assimetria confirma a análise de Ribeiro (2014 *apud* Silva & Campos, 2019:70), segundo a qual a inserção feminina em espaços de poder partidário depende não apenas de mérito formal, mas também da superação de barreiras informais, muitas vezes invisíveis, que reproduzem padrões de exclusão.

Todavia, os mecanismos informais são frequentemente masculinizados e pouco permeáveis, o que aguça a masculinização do espaço político e cria barreiras invisíveis às mulheres.

6.4. Percepções de membros partidários sobre o papel, os incentivos e os desafios das mulheres nas comissões políticas

6.4.1. Percepções sobre o papel das mulheres nos espaços de tomada de decisão

As entrevistas revelaram um conjunto diverso de percepções sobre o papel das mulheres nos órgãos centrais de decisão, que vão desde discursos fortemente inclusivos até entendimentos mais tradicionais que reafirmam a centralidade masculina na liderança política.

De forma consensual, os entrevistados reconheceram a relevância da participação feminina nas comissões políticas e, mais amplamente, nos órgãos de tomada de decisão. Contudo, os fundamentos que justificam essa relevância revelam uma visão ainda fortemente marcada por estereótipos de gênero, pois, frequentemente, a presença das mulheres foi associada a atributos considerados “naturais” como o espírito maternal, a responsabilidade de equilíbrio familiar ou à ideia de que são naturalmente mais cuidadoras, atribuindo-lhes valor sobretudo em papéis ligados ao suporte e conciliação. Ou seja, vê-se mais as mulheres para mobilização e ligação às

bases, e pouco como formuladoras de estratégia. Este descompasso entre poder simbólico e substantivo é um dos principais entraves identificados.

Na fala de Esperança Bias (2025), por exemplo, esta associação fica evidente: *“as mulheres têm um grande papel na mobilização para as eleições (...) por isso se diz que educar uma mulher é educar a sociedade como um todo”*. Embora positiva, a afirmação reforça representações tradicionais que delimitam a actuação feminina ao espaço da mobilização e do cuidado, em vez de reconhecê-la como agente política plena. A literatura confirma que tais visões configuram formas de “inclusão simbólica”, em que as mulheres são valorizadas, mas em funções estereotipadas e periféricas ao poder decisório central (Ballington, 2012:16).

Outra dimensão recorrente nas entrevistas foi a insistência de que a igualdade entre homens e mulheres não pode ser “plena”. Ana Rita Sithole (2025), sublinhou que é necessário falar mais de equidade do que de igualdade, afirmando: *“a igualdade nunca vai ser plena, tem mulheres, tem homens, isso é real (...) é preciso uma mulher com M grande, valente, mas ancorada no papel maternal”*, entendido como *“dom natural”*. Este discurso ecoa a literatura crítica sobre o essencialismo de género, que, ao naturalizar diferenças entre homens e mulheres, acaba por reproduzir hierarquias simbólicas (Scott, 1986; Tamale, 2020:xiv).

Na mesma linha, Maria Angelina Dique (2025), afirmou que *“não há igualdade absoluta, cada um tem o seu papel numa família, e isso estende-se para fora”*. Embora reconheça os direitos formais de as mulheres acederem a cargos políticos ou a formações tradicionalmente masculinas, *“ninguém pode me tirar o direito de ser eleita ou de ser ministra”*, a sua visão ancora-se na ideia de papéis complementares, o que limita a noção de igualdade substantiva. Essa tensão entre reconhecimento formal de direitos e visões naturalizadas de género é também apontada pela literatura como um dos principais entraves à consolidação de democracias inclusivas em contextos africanos (Tripp, 2019:1; Chipenembe & Muianga, 2023:235).

Em síntese, embora haja consenso quanto à importância da presença feminina nos espaços de decisão, as percepções recolhidas demonstram que a sua legitimidade política continua a ser justificada, em larga medida, por papéis de género tradicionais. Isso sugere que, mesmo nos níveis mais altos da hierarquia partidária, as mulheres não são apenas avaliadas pelas suas competências, mas também pelas expectativas sociais que naturalizam diferenças de género.

Tal constatação confirma que a igualdade formal ainda convive com uma cultura política *genderizada*, onde a emancipação plena das mulheres encontra barreiras simbólicas e discursivas que limitam a sua influência.

6.4.2. Incentivos e desafios ao acesso das mulheres a espaços de tomada de decisão como a comissão política

As entrevistas realizadas revelam um quadro ambivalente: ao mesmo tempo em que existem incentivos institucionais e simbólicos que abrem espaço à presença feminina, persistem barreiras socioculturais, organizacionais e normativas que limitam a sua plena participação nas comissões políticas.

Os incentivos incluem formações políticas, quotas e visibilidade mediática, os desafios vão desde a cultura partidária conservadora até à violência política e sobrecarga doméstica. Importa destacar que algumas entrevistadas relataram estratégias de agência: alianças, negociação de posições, e *lobby* interno, o que mostra que as mulheres não são apenas receptoras passivas das regras, mas também agentes de mudança.

6.4.2.1. Incentivos:

Um primeiro incentivo refere-se às medidas institucionais, como as quotas e regras de paridade aplicadas em listas eleitorais externas. Estas funcionam como “porta de entrada” para trajetórias políticas internas. Na Frelimo, Esperança Bias (2025), sublinhou que “*o sistema de quotas ajuda*”, pois não apenas formaliza a preocupação com a participação feminina, mas também cria referências visíveis, ao dar exemplo do alcance da paridade legislativa e executiva alcançada no último mandato governativo 2024-2024. Ana Rita Sithole (2025), reforçou esta dimensão simbólica, ao referir que “*as poucas mulheres que assumem o nível de tomada de decisão são referências*”; devendo o seu exemplo “*criar espaço para que mais mulheres consigam*”. No MDM, Lutero Simango (2025), destacou igualmente medidas concretas: nomeação de uma Secretária-Geral mulher e adopção das *listas-zebra*, afirmando: “*temos mulheres a encabeçar listas de candidaturas*”, estratégias que elevam a exposição e participação feminina.

Outro incentivo recorrente prende-se à trajectória individual das mulheres. O investimento em formação académica e o reconhecimento de competências organizacionais reforçam a legitimidade das candidaturas. Alcinda de Abreu (2025), foi clara ao sublinhar que mérito e capacidade constituem critérios essenciais *“incentivo não é basta usar saia, é necessário ter capacidade e competência”*. Para além disso, a presença de mulheres em altos cargos do Estado tem produzido um efeito demonstração, na medida em que naturaliza a ideia de liderança feminina. Como destacou Esperança Bias (2025), *“hoje já perdemos a contadas mulheres em posições governativas”*, o que gera modelos aspiracionais para jovens militantes e quadros intermédios.

Esta valorização do mérito e a função simbólica das quotas confirmam a literatura, segundo a qual as medidas afirmativas constituem estímulos necessários, mas insuficientes, exigindo complementaridade com trajectórias de credibilidade individual (Kandawasvika-Nhundu, 2013:6; OSCE-ODIHR, 2014:30).

6.4.2.2. Desafios persistentes:

Apesar dos avanços, persistem obstáculos estruturais que dificultam a entrada e a permanência das mulheres nas comissões políticas. Um primeiro grupo de barreiras é de natureza sociocultural. As entrevistadas identificaram a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados, a resistência masculina e normas sociais que desencorajam a visibilidade feminina. Esperança Bias destacou a dupla dimensão dos obstáculos: os “impostos pela própria sociedade” e aqueles relacionados com “a mulher sentir-se capaz” (2025). Ana Rita Sithole (2025), acrescentou a existência de trajectórias interrompidas *“muitas raparigas começam bem, mas desistem nos ciclos avançados”*, sublinhando ainda que a logística partidária (reuniões tardias, deslocações e viagens) penaliza desproporcionalmente mulheres jovens e mães. Maria Virgínia (2025), do MDM, reforçou a centralidade da dependência económica e do controlo conjugal *“o marido pode não deixar a mulher fazer certas coisas”* e chamou atenção para obstáculos intra-género *“nós as mulheres as vezes constituímos obstáculos para o sucesso de outras mulheres porque não confiamos umas nas outras”*.

Na Renamo, o baixo nível de escolaridade apareceu como barreira crítica. Gania Mussagy assinalou a dificuldade em conciliar vida privada e política, enquanto Maria Angelina Dique

propôs equilíbrio: não excluir lideranças comunitárias com baixa escolaridade, mas simultaneamente adaptar canais de participação e investir na formação contínua das mulheres (entrevistas, 2025). Este ponto dialoga com a literatura que aponta a escolaridade como um dos principais predictores da participação política feminina (Paxton, Hughes & Green, 2006:907).

As barreiras organizacionais também emergiram com força. A centralização das decisões nas lideranças partidárias, associada à ausência de quotas vinculativas internas, reforça práticas de indicação discricionária. Samuel Manjate (2025), revelou um padrão de dominação masculina também no estilo de interação ao reconhecer que “*as mulheres tendem a acanhar-se e na maioria das vezes são os homens a falar e a participar activamente nas reuniões*”.

Mais ainda, as entrevistas apontaram para limitações de carácter estrutural mais amplo. Esperança Bias (2025), chamou atenção para a “*reluctância*” global do sector privado em promover mulheres a cargos de topo, o que reduz o número de quadros femininos com experiência transferível para a política. Já Lutero Simango (2025), identificou como desafio o próprio sistema eleitoral moçambicano, caracterizado pelo modelo *winner-takes-all* (o vencedor leva tudo), que, ao penalizar partidos minoritários, estreita indirectamente as oportunidades de progressão feminina.

Finalmente, a ausência de princípios formais estatuídos que regulem a composição das comissões políticas reforça este quadro de barreiras. Embora os estatutos dos três partidos contenham menções genéricas à igualdade de género, nenhum estabelece regras vinculativas para garantir paridade nesses órgãos. Esta lacuna normativa, confirmada pela literatura (Osório & Macuácuá, 2019:75), perpetua a dependência de práticas discricionárias e reforça a prevalência dos mecanismos informais em detrimento de garantias institucionais.

Em suma, ainda que existam incentivos e exemplos positivos que reforçam a legitimidade da presença feminina, o acesso das mulheres às comissões políticas permanece vulnerável a barreiras múltiplas: socioculturais, organizacionais e normativas, que limitam uma transformação estrutural e sustentável.

7. Conclusão e Recomendações

A presente pesquisa dedicou-se a analisar as dinâmicas de acesso das mulheres às comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 2014 e 2024, e de que forma estas estruturas, enquanto órgãos centrais de decisão partidária, funcionam como barreiras ou facilitadores para a participação feminina em espaços estratégicos de tomada de decisão. A partir de uma abordagem qualitativa, complementada por uma sistematização da composição em género das comissões políticas ao longo da última década, foi possível lançar luz sobre um dos espaços mais fechados da política moçambicana.

A partir do diálogo entre o Institucionalismo Histórico e o Institucionalismo Feminista, ficou evidente que os padrões de exclusão feminina nestes espaços de decisão resultam da reprodução de legados históricos e da *genderização* persistente das instituições partidárias. Os resultados mostraram que houve avanços importantes como a mobilização formal de compromissos com a igualdade de género, mas ainda insuficientes para caracterizar uma transformação estrutural, pois as comissões políticas continuam a reproduzir práticas que limitam a presença e, sobretudo, a influência substantiva das mulheres.

À luz do institucionalismo histórico, confirma-se que os partidos reproduzem padrões de acesso moldados por escolhas institucionais do passado, que tendem a privilegiar perfis masculinos já consolidados nas elites. Estas trajetórias de longa duração ajudam a compreender por que razão, mesmo com reformas internas e compromissos formais, as mudanças tendem a ser graduais e reversíveis. Complementarmente, sob a lente do institucionalismo feminista, observa-se que as estruturas partidárias continuam a reproduzir lógicas de género que segmentam a participação das mulheres, confinando muitas vezes as suas agendas a órgãos paralelos como as ligas femininas, em vez de integrá-las plenamente nas arenas decisórias. Esta permanência de práticas institucionalizadas de exclusão evidencia a força de *path dependence* e das normas tácitas de poder.

A análise permitiu ainda identificar a importância das barreiras informais: redes de confiança, senioridade e cultura política masculina funcionam como filtros de acesso, o que perpetua um modelo elitista e masculinizado de decisão. No entanto, não se pode reduzir as mulheres à condição de vítimas do sistema. Os dados mostraram momentos em que elas exerceram agência

política, seja pela reivindicação da criação de ligas femininas (como no caso da Frelimo em 1962, da Renamo em 1980 e do MDM em 2010), seja pela pressão por maior representatividade nas listas eleitorais. Esses episódios indicam que a mudança institucional, ainda que lenta, é possível quando as vozes femininas conseguem transformar conjunturas críticas em oportunidades de reforma.

Em síntese, as dinâmicas de exclusão e inclusão feminina nas comissões políticas não são fenómenos recentes, mas expressões de legados institucionais de longa duração, que se reproduzem através de normas, valores e práticas sedimentadas desde a constituição dos partidos políticos. Sob a lente combinada do Institucionalismo Histórico e Feminista, compreende-se que a desigualdade política actual resulta tanto da persistência dessas heranças como da resistência em reconfigurar os espaços de poder. Assim, a igualdade formal, embora avançada, ainda não se traduz em igualdade substantiva, pois as instituições continuam a determinar, de forma estrutural e simbólica, quem participa e quem decide.

De forma transversal, identificaram-se três tendências estruturantes:

- Embora a presença de mulheres em listas eleitorais tenha aumentado de forma consistente, impulsionada por quotas e compromissos de paridade, esse progresso é menos evidente dentro das estruturas internas de decisão dos partidos, como as comissões políticas, onde a inclusão feminina avança de forma mais lenta e depende fortemente de critérios informais.
- As comissões políticas mantêm uma composição predominantemente masculina, e o aumento da presença feminina em alguns períodos deve-se, ao acesso por via de cargos que não conferem direito de voto e cujo impacto na deliberação é limitado.
- A presença das mulheres, embora crescente, é frequentemente justificada por argumentos simbólicos ou de representatividade social, e não apenas por reconhecimento de mérito e competência técnica.

Os resultados deste estudo confirmam que as estruturas partidárias continuam a desempenhar papel decisivo na (re)produção das desigualdades políticas e de género em Moçambique. Contudo, evidenciam igualmente que as mudanças institucionais exigem mais do que compromissos formais, requerem mecanismos de *enforcement*, acompanhamento público e vontade política. Assim, as recomendações a seguir procuram orientar acções concretas não

apenas para os partidos políticos, mas também para os decisores públicos, a academia e a sociedade civil, no sentido de fortalecer a igualdade substantiva no sistema político nacional.

1. Aos partidos políticos:

- Reforçar a clareza e a transparência dos critérios de composição das comissões políticas, com a previsão de metas ou quotas internas de género de forma vinculativa.
- Integrar de forma sistemática as propostas das organizações femininas nos processos de deliberação, para evitar que permaneçam periféricas às agendas centrais.
- Reforçar programas formais de mentoria e capacitação para preparar mulheres (especialmente jovens) para funções políticas de topo.
- Consolidar práticas já existentes que funcionam como boas referências, como listas eleitorais paritárias e a nomeação de mulheres em cargos de liderança, para que tenham impacto também na esfera interna do partido.

2. À academia e investigação:

- Expandir o foco das pesquisas sobre género e política para além das análises extrapartidárias (listas eleitorais, resultados no parlamento, compromissos normativos do Estado), através da exploração de forma sistemática a dimensão intrapartidária, com destaque para o funcionamento e composição das comissões políticas.
- Produzir estudos de maior cobertura que acompanhem a evolução das comissões políticas ao longo do tempo, de modo a superar a limitação deste estudo, que se concentrou num recorte temporal (2014-2024).
- Analisar partidos emergentes, pois entrada de novos actores, como o PODEMOS, abre a possibilidade de investigar se partidos mais recentes reproduzem padrões históricos ou inovam no campo da inclusão de género.

3. À Sociedade civil e parceiros de desenvolvimento:

- Para além das actuais acções de formação política e mentoria, promover advocacia direccionada à reforma interna dos partidos, de modo a que os compromissos assumidos para órgãos extrapartidários (como listas eleitorais e cargos públicos) sejam também reflectidos nas estruturas de direcção interna.

- Promover o acompanhamento público e independente da aplicação de compromissos de igualdade de género assumidos pelos partidos, pelo incentivo de maior prestação de contas.
4. À formulação e implementação de políticas públicas:
- Introduzir medidas de *enforcement* que tornem obrigatória a adopção de metas de paridade nas estruturas internas dos partidos, como condição para o acesso a financiamento público e representação institucional.
 - Estimular a recolha e publicação regular de dados desagregados por género sobre a composição e funcionamento dos partidos políticos, permitindo maior transparência e base empírica para futuras reformas.

Em suma, a pesquisa confirma que os partidos políticos continuam a ser *gatekeepers* fundamentais da representação democrática. As suas escolhas internas influenciam decisivamente o alcance da igualdade de género no sistema político nacional. Embora o estudo tenha privilegiado o horizonte temporal de 2014-2024, incorporou uma análise histórica complementar sobre a formação e evolução institucional dos partidos, o que permite compreender de forma mais ampla as raízes e continuidades das desigualdades observadas. Assim, mesmo com um número reduzido de entrevistas e limitações documentais, o trabalho oferece uma contribuição relevante para o debate sobre a democracia interna e a participação feminina em Moçambique. Ao evidenciar a distância entre compromissos normativos e práticas institucionais, este trabalho reforça que a igualdade de género não se alcança apenas por declarações formais, mas pela transformação das estruturas de poder que determinam quem participa e decide. Espera-se, portanto, que os resultados aqui apresentados sirvam como ponto de partida para um diálogo mais construtivo entre partidos, academia e sociedade civil, e impulsionem o caminho de uma igualdade que vá, efectivamente, da retórica à prática.

8. Referências Bibliográficas

A. Livros e artigos

CHIPENEMBE, Maria Judite. MUIANGA, Baltazar. *As dinâmicas de género e inclusão nas eleições gerais de 2019 em Moçambique*. Lisboa: 2023. Pp. 233-248

CRESWELL, John. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Pp 40-160.

GIL, António. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. Pp 21-104.

HARCOURT, Wendy. *The Palgrave Handbook of Gender and Development: Critical Engagements in Feminist Theory and Practice*. New York: Palgrave Macmillan. 2016. Pp. Consultado aos 03/03/2024 às 12:25.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. Pp 163-188.

SCOTT, Joan. *Feminism and History*. Oxford University Press: New York. 1996. Pp. 153-170

B. Sítios da Internet

ADERAYO, Adebajo Adeola. *Political parties and women's participation in politics in West Africa*. Nigeria: 2021. Pp. 299-318. Consultado aos 11/02/2024 às 07:56. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/47653/25974>

ALDRICH, John. Herbert. *Why parties? A second look*. Chicago: University Chicago Press. 2011. Pp. 3-23. Consultado aos 16/03/2024 às 09:22. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4443758/mod_resource/content/1/Aula%202020Aldrich_%28pp3-23%29.pdf

AMÉLIA, Lisilia, *et al.* *Movimento Feminista em Moçambique*. Grupo de Trabalho de Moçambique, Nawey.net. 2011. Pp. 4-31. Consultado aos 24/02/ 2024 às 17:23. Disponível em:

<http://www.nawey.net/wp-content/uploads/downloads/2012/11/Movimento-Feminista-em-Mo%C3%83%C2%A7ambique.pdf>

ANDERSSON, Tove. *Path dependence or policy change in the EU? A case study on EU policy change and gender mainstreaming*. (Master thesis in Political Science presented to the Linnaeus University in Sweden 2021). Pp. 1, 6-9. Consultado aos 15/01/2024 às 12:19. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1525158&dswid=3575>

ARAÚJO, Clara. *Partidos Políticos e Gênero: mediações das rotas de ingresso das mulheres na representação política*. Revista Sociologia e Política. 2005. Pp. 193-215. Consultado aos 11/04/2023 às 15:48. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/tGtdSWCqjLRJX4cSsLDHfdB/?format=pdf&lang=pt>

BALLINGTON, Julie. *Empoderando as mulheres para fortalecer os partidos políticos*. Brasil: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Instituto Nacional Democrático. 2012. Trad. CHAUVET, Claudia, *et al.* Pp. Prefácio. Consultado aos 30/01/2024 às 18:21. Disponível em:

<https://www.ndi.org/sites/default/files/Empoderamento%20as%20mulheres%20para%20fortalecer%20partidos%20politicos.pdf>

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. *Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais*. Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (NUSPB). 2015. Pp. 1-13. Consultado aos 17/03/2023 às 18:11. Disponível em:

https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2589/2015_barbosa_mulheres_elite_partidaria.pdf?sequence=1&isAllowed=y

BERGH-COLLIER, Edda Van den. *Para a Igualdade de Género em Moçambique*. Maputo: 2007. Trad. CHAMO, Ernesto. Pp. 56-58. Consultado aos 23/03/2024 às 12:28. Disponível em: <https://cdn.sida.se/publications/files/sida31600pt-towards-gender-equality-in-mozambique.pdf>

BERNARDI, Bruno Boti. *O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas*. Perspectivas, São Paulo, 2012. Pp. 137-167. Consultado aos 30/01/2024 às 14:33. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4978>

BERNARDO, Wilma. *As mulheres na elite parlamentar: o paradoxo moçambicano*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 2014. Pp. 39-64. Consultado aos 27/02/2024 às 13:44. Disponível em:

<https://run.unl.pt/bitstream/10362/14367/1/As%20mulheres%20na%20elite%20parlamentar%20o%20paradoxo%20mo%C3%A7ambicano.pdf>

CASIMIRO, Isabel Maria. *Samora Machel e as Relações de Género*. Estudos Moçambicanos no.21. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2005. Pp. 55-84. Consultado aos 12/01/2024 às 11:24. Disponível em:

https://mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/21/20050900_smm_e_relacoes_de_genero.pdf

CATÓN, Matthias. *Effective Party Assistance: Stronger Parties for Better Democracy*. (Stockholm: International IDEA 2007). Pp. 5. Consultado aos 11/01/2022 às 11:48. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/effective-party-assistance-stronger-parties-better-democracy>

CHAURAYA, Efiritha. *The African View on Gender and its Impact on Implemented Gender Policies and Programs in Africa*. Pennsylvania: Clarion University of Pennsylvania. Journal of Sustainable Development in Africa. 2012. Pp. Consultado aos 03/03/2024 às 12:25. Disponível em:

<https://jsd-africa.com/Jsda/Vol14No3-Summer2012A/PDF/The%20African%20View%20on%20Gender%20and%20its%20Impact%20on%20Implemented%20Gender.Efiritha%20Chauraya.pdf>

CAHEN, Michel. *A Renamo, um assunto para historiadores e cientistas sociais*. França: Africana Studia. 2022. Pp. 197-204. Consultado aos 05/09/2025 às 21:49. Disponível em: https://shs.hal.science/halshs-03604359/file/A%20Renamo%20C%20um%20assunto%20para%20cientistas%20sociais_version%20publi%C3%A9e.pdf

CHICHAVA, Sérgio. *Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?* Maputo: IESE. 2010. Pp. 3-20. Consultado aos 05/09/2025 de 2025 às 12:23. Disponível em:

https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf

COSTA, Renata Gomes da, SILVERA, Clara Maria Holanda, MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. *Relações de Gênero e Poder: Tecendo Caminhos para a Desconstrução da Subordinação Feminina*. In 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Brasil. 2012. Pp. 222-240. Consultado aos 03/03/2024 às 12:25. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>

DARVISHLOU, Naser Haghi Ghareh. *Evaluation of the social reasons for defeating political parties in iran between the years of 1942_1954*. Aligarh Muslim University. 2012. Pp. 2-20. Consultado no dia 16/03/2024 às 08:45. Disponível em:

<https://shodhganga.inflibnet.ac.in:8443/jspui/handle/10603/56955>

DOS SANTOS, Pedro. (2021) *Gendered path dependency: women's representation in 20th century Brazil*. (European Journal of Politics and Gender, 2021). Pp. 441-444. Consultado aos 3/01/2024 às 11:40. Disponível em: https://digitalcommons.csbsju.edu/polsci_pubs/69/

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY (EIGE). *Gender equality in political decision-making*. (European Institute for Gender Equality 2017). Np. Consultado aos 30/01/2024 às 18:12. Disponível em:

<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d46eaf6a-370f-11e7-a08e-01aa75ed71a1>

FERNANDO, Celestino. *O outro lado da história de Moçambique: Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana*. Rio Grande do Sul: Pontifícia Universidade Católica. 2021. Pp. 194-211. Consultado aos 05/09/2025 às 14:12. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/7512/8157>

HALL, Peter, TAYLOR, Rosemary. *Political science and the three new institutionalisms*. Political Studies, v.44, n.4, Pp. 936-957, 1996. Consultado aos 30/01/2024 às 10:15. Disponível em:

<https://www.la.utexas.edu/users/chenry/core/Course%20Materials/Hall&TaylorPolStuds/9705162186.pdf>

_____. *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*. 2003. Lua Nova, 58, Pp. 193-224. Consultado aos 3/01/2024 às 11:37. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMPr4fj75gb/?format=pdf&lang=pt>

HEYWOOD, Andrew. *Politics*. 4 ed. New York: Palgrave Macmillan. 2013. Consultado aos 11/03/2024 às 12:25. Disponível em:

[https://perpus.wildanfauzy.com/Politik/Andrew%20Heywood%20\(2013\)%20Politics.pdf](https://perpus.wildanfauzy.com/Politik/Andrew%20Heywood%20(2013)%20Politics.pdf)

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IIDEA). *Women's Political Participation: Africa Barometer 2024*. 2ª ed. Stockholm: 2024. Pp. 2-7. Consultado aos 25/09/2025 às 17:15. Disponível em:

https://www.idea.int/sites/default/files/2024-07/womens-political-participation-africa-barometer-2024.pdf?utm_source=chatgpt.com

INSTITUTO PARA A DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA (IMD). *Participação Política Da Mulher: Moçambique Alcança a Meta de Paridade de Género (50/50) no Governo*. Maputo: 2022. Pp. 1-5 [Comunicado] Consultado aos 11/03/2024 às 18:15. Disponível em:

<https://www.imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd?task=document.viewdoc&id=307>

_____. *Evolução do peso das mulheres nas Assembleias Provinciais: há progressos na inclusão de mulheres nos órgãos eleitos provinciais, embora instáveis e lentos*. Maputo: s.d. Consultado aos 11/03/2024 às 18:17. Disponível em:

<https://www.imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd?task=document.viewdoc&id=166>

KANDAWASVIKA-NHUNDU, Rumbidzai. *Political Parties in África through a Gender Lens*. (Stockholm: International IDEA 2013). Pp. 4-104. Consultado aos 11/01/2022 às 11:48. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/political-parties-in-africa-through-a-gender-lens.pdf>

KANDAWASVIKA-NHUNDU, Rumbidzai. *Role of political parties on women's participation and representation*. (Stockholm: International IDEA 2021). Pp. 1-7. Consultado aos 11/01/2022 às 11:48. Disponível em:

<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/political-parties-in-africa-through-a-gender-lens.pdf>

KARBERG, Sindy. *Female political participation and their influence towards greater empowerment of women in Mozambique*. Maputo: CEDIMA. 2025 Pp. 3-6 Consultado aos 11/01/2024 às 11:24. Disponível em:

<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/13027.pdf>

KAYUNI, Happy Mickson, CHIKADZA, Kondwani Farai. *The Gatekeepers: Political Participation of Women in Malawi*. (Malawi: CHR. Michelsen Institute 2016). Np. Consultado aos 30/01/2024 às 11:59. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/5929-gatekeepers-political-participation-women-malawi>

KENNEY, Sally. *New research on gendered political institutions*, *Political Research Quarterly*, 1996. Pp. 456. Consultado aos 03/01/2024 às 11:38. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/249802241_New_Research_on_Gendered_Political_Institutions

KWAGALA-IGAGA, Dorothy. KIRYA, Monica. NAKAYI, Rose. *The women's movement in Africa: creative initiatives and lessons learnt*. 2005. Pp. 265-302. Consultado aos 22/02/2024 às 16:57. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/274953877_The_women's_movement_in_Africa_creative_initiatives_and_lessons_learnt

LATTANZIO, Felipe Figueiredo, RIBEIRO, Paulo de Carvalho. *Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero*. Rio de Janeiro. 2018. Pp. 409 – 425. Consultado aos 12/03/2024 às 12:38. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n3/02.pdf>

LEVEGUEN, Brina Deponte, CASTRO, Leonardo Aires de, RIBEIRO, Pedro Floriano. *Rompendo o teto de vidro: mulheres no comando dos partidos brasileiros*. In: ENCONTRO

ANUAL DA ANPOCS. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. 2017. Pp. 1-25. Consultado aos 12/03/2024 às 11:26. Disponível em:

https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/9280/2017_leveguen_rompendo_teto_vidro.pdf?sequence=1&isAllowed=y

LIMONGI, Fernando. *O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente*. 1994. BIB, 37. Pp. 3-38. (organização legislativa). Consultado aos 30/01/2024 às 14:43. Disponível em:

<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/152>

MACKAY, Fiona, KENNY, Meryl, CHAPPELL, Louise. *New institutionalism through a gender lens: towards a feminist institutionalism?* (International Political Science Review 2010). Pp. 579-582. Consultado aos 3/01/2024 às 11:33. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512110388788>

MAHONEY, James. *Path Dependence in Historical Sociology*. Theory and Society, 29(4). Netherlands: Kluwer Academic Publishers. 2000. Pp. 507-548. Consultado aos 25/09/2025 às 19:28. Disponível em:

http://www.critical-juncture.net/uploads/2/1/9/9/21997192/mahoney_path_dependence_in_historical_sociology.pdf

MAHONEY, James, THELEN, Kathleen. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. New York: Cambridge University Press. 2010. Pp. 1-37. Consultado aos 25/09/2025 às 12:28. Disponível em:

https://books.google.co.mz/books?id=PACmgwrYeRMC&pg=PA1&hl=pt-PT&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q&f=false

MASSAVA, Marília Jecane. *Políticas Públicas de Gênero: Inserção da Mulher Moçambicana no Mercado do Trabalho*. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito para a

obtenção do título de Bacharel em Administração Pública 2021). Pp. 2. Consultado aos 30/01/2024 às 12:19. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2655/1/MAR%C3%8DLIA%20JECANE%20MASSAVA%20Tcc.pdf>

MATLOSA, Khabele. *Political Parties in Southern Africa: The State of Parties and their Role in Democratization*. (Stockholm: International IDEA 2007). Pp. 20. Consultado aos 11/03/2024 às 11:48. Disponível em: <https://www.idea.int/publications/catalogue/political-parties-southern-africa-state-parties-and-their-role>

MEDEIROS, Alexsandro. *Partidos Políticos*. 2017. Consultado aos 12/03/2024 às 11:32. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/partidos-politicos/>

MIGUEL, Luís Felipe. *Carole Pateman e a crítica feminista do contrato*. 2016. Pp. 1-16. Consultado aos 28/02/2024 às 09:32. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/Z8RkRcXTyxwPPMzwQCBKmrx/>

MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL.. *Perfil de Género de Moçambique*. Coord. LUBRINO, Angelina, BUQUE Sansão, LIPAPA, Ernesto. Colab. ANTÓNIO, Palmira, GOMES, Febe. 2016. Pp. 12-15. Consultado aos 13/01/2022 às 12:09. Pp. 4, 32-33 Disponível em: <https://www.mgcas.gov.mz/index.php/documentos/publicacoes-estudos/genero/perfil-de-genero-de-mocambique>

MOREIRA, Lourdes Carmo. *As mulheres nos espaços de decisão política: há mulheres nos espaços de decisão política?*. Niterói: 2009. Np. Consultado aos 28/02/2024 às 09:35. Disponível em: <https://iknowpolitics.org/sites/default/files/mulherespolitica.pdf>

MUSCHETT, Michelle, VAEZA, Maria-Noel. *There is no democracy without gender equality*. 2023. [Online] Consultado aos 16/03/2024 às 08:31. Disponível em:

<https://www.undp.org/latin-america/blog/there-no-democracy-without-gender-equality>.

NOLASCO, Gottschalk. *Mulheres na política: entraves e conquistas*. 2010. Np. Consultado aos 28/02/2024 às 09:40. Disponível em:

https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_anteriores/23/artigos/artigo05.pdf

NORTH, Douglass. *Instituições, mudança institucional e desempenho económico*. Apud CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Resenha Bibliográfica*. Rio de Janeiro: 2019. Pp. 259-268. Consultado aos 30/01/2024 às 13:11. Disponível em:

<https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/630>

NUVUNGA, Adriano. *From the Two-Party to the Dominant-Party System in Mozambique, 1994-2012: Framing Frelimo Party Dominance in Context*. Rotterdam: Erasmus University. 2014. Pp. 3-10. Consultado aos 05/09/2025 às 15.43. Disponível em: [From the Two-Party to the Dominant-Party System in Mozambique, 1994–2012: Framing Frelimo Party](#) Adriano Alfredo Nuvunga 2014 Dominance in Context

OFOSU-ANIM, Duke & BROWN, Gwankem. *Women's Political Participation in Africa: A Systematic Review*. Social Sciences & Humanities Open. S/L: 2024. Consultado aos 25/09/2025 às 15.43. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=4885506> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4885506>.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE-OFFICE FOR DEMOCRATIC INSTITUTIONS AND HUMAN RIGHTS (OSCE-ODIHR). *Handbook on Promoting Women's Participation in Political Parties*. Poland: OSCE-ODIHR. 2014. Consultado aos 16/03/2023 às 10:11. Disponível em: <https://www.osce.org/odihr/120877>

OSÓRIO, Conceição. MACUÁCUA, Ernesto. *Mulher e democracia: indo para além das quotas. O caso das eleições autárquicas de 2018*. WLSA MOÇAMBIQUE. Maputo. 2019. Pp. 62-85 Consultado aos 17/01/2022 às 18:03. Disponível em: <https://www.wlsa.org.mz/mulher-e-democracia/>

OSÓRIO, Conceição. MACUÁCUA, Ernesto. *Participação política de mulheres e homens em contexto eleitoral*. WLSA MOÇAMBIQUE. Maputo. 2015. Pp. 20-23 Consultado aos 17/01/2022 às 18:03. Disponível em:

<https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2015/08/Participacao.pdf>

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing gender: the eurocentric foundation of feminist concepts and the challenges of African epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. Dakar: CODESRIA Gender Series. 2004. Pp. 1-8. Trad. Lopes, Juliana Araújo. Consultado aos 12/03/2024 às 12:25. Disponível em:

https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero_os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *The invention of women: making an African sense of western gender discourse*. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1997. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Consultado aos 12/03/2024 às 12:25. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi_Oyeronke_A_Invencao_das_Mulheres.pdf

PAXTON, Pamela, HUGHES, Melanie, GREEN, Jennifer. *The International Women's Movement and Women's Political Representation, 1893–2003*. American Sociological Review, 2006. Pp. 898-920. Consultado aos 28/02/2024 às 09:46. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228798323_The_international_women's_movement_and_women's_political_representation_1893-2003

PEREZ, Olívia Cristina. RICOLDI, Arlene Martinez. *A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva*. Monterrey: 2019. Np. Consultado aos 28/02/2024 às 09:50. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>

PICCONE, Ted. *Democracy, gender equality and security*. Brookings Institution: Washington, D.C. 2017. Pp. 1-9 Consultado aos 16/03/2024 às 08:45. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/08/fp_20170905_democracy_gender_security.pdf

PORCARO, Nicole Gondim. *Paridade de Género na Política: aprofundamento da democracia e realização dos direitos fundamentais da Mulher*. 2019. Pp. 135-160. Consultado aos 16/01/2024 às 08:22. Disponível em: <https://eje.tre->

ba.jus.br/pluginfile.php/13641/mod_label/intro/art%208%20Nicole%20Gondim%20Porcaro%20revista%20populus%20vol%206%20jun%202019.pdf

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. *Política de Género e Estratégia da sua Implementação*. Maputo, 2018. Pp. 2. Consultado aos 30/01/2024 às 12:19. Disponível em:

<https://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2018/09/POLITICA-DE-GENERO-e-Estrategia-Implementacao-APROVADA-CM-11.09.2018ooo.pdf>

REZENDE, Daniela Leandro, SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. *Género e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas e suas implicações para a representação política de mulheres*. Curitiba: 11º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). 2018. Pp. 1-19. Consultado aos 11/03/2023 às 11:48. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5951>

RIBEIRO, Pedro Floriano. *Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros*. Revista Sociologia e Política, v. 22, n. 52. 2014. Pp. 121-158. Consultado aos 17/03/2024 às 12:25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/PgHS9jrQvJPjrf6ytz77mXS/?format=pdf&lang=pt>

ROZA, Vivian, LIANOS, Beatriz, DE LA ROZA, Garzón. *Gender and Political parties: Far from parity*. (International IDEA & Inter-American Development Bank 2011). Pp. 15. Consultado aos 03/07/2023 às 13:19. Disponível em: <https://www.ndi.org/sites/default/files/Gender%20and%20Political%20Parties%20Far%20from%20Parity.pdf>

SACCHET, Teresa. *Political Parties: When do they work for Women?* New York: UN. Department of economic and social affairs (DESA). 2005. Pp. 1-14. Consultado aos 16/03/2024 às 09:22. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/egm/eql-men/docs/EP.10_rev.pdf

SANTANA, Jacimara Souza. *A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana n. 4. 2009. Pp. 67-87 Consultado aos 29/02/2024 às 09:56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88746>

SAUNGWEME, Furaha Joy Sekai. *A Critique of Africa's Post-Colonial Freedoms Through a Feminist Lens: Challenging Patriarchy and Assessing the Gains*. Berlin: 2021. Pp. 7-12
Consultado aos 26/02/2024 às 07:18. Disponível em:

<https://za.boell.org/en/2021/07/07/critique-africas-post-colonial-freedoms-through-feminist-lens-challenging-patriarchy>

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad. Dabat, Christine Rufino, Ávila, Maria Bêtanina. New York: Columbia University Press. 1989. Pp. 2 – 35.
Consultado aos 12/03/2024 às 11:26. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

SILVA, Brenda Rodrigues Barreto. *Gênero e partidos políticos: uma análise exploratória de comissões executivas*. Viçosa-Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa. 2018. Pp. 1-32.
Consultado aos 11/03/2023 às 11:48. Disponível em:

<https://www.novoscursos.ufv.br/graduacao/ufv/cso/www/wp-content/uploads/2019/02/G%C3%AAnero-e-Partidos-Pol%C3%ADticos-uma-an%C3%AAlise-explorat%C3%B3ria-de-comiss%C3%B5es-executivas.pdf>

SILVA, Gabriela Machado Da, CAMPOS, Rosana Soares. *Participação e representação política das mulheres nas comissões executivas do PP e PT no município de Santa Maria/RS*. São Carlos: Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. 2019. Pp. 63-91. Consultado aos 17/03/2024 às 017:11. Disponível em:
<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/279>

SILVA-LEANDER, Annika. *Gender equality and the Summit for Democracy*. 2022. [Online]
Consultado aos 16/03/2024 às 08:35. Disponível em: <https://www.idea.int/news/gender-equality-and-summit-democracy>

TAMALE, Sylvia. *Decolonization and Afro-Feminism*. Ottawa: Daraja Press. 2020. Pp. 40-60.
Consultado aos 26/02/2024 às 07:23. Disponível em:

https://za.boell.org/sites/default/files/2021-06/Perspectives_AfricanFeminismsAcrossGenerations_June2021_WEB.pdf

UN WOMEN. *Gender Equality Glossary*. S.d. N.p. Consultado aos 12/03/2024 às 12:35.

Disponível em:

<https://trainingcentre.unwomen.org/mod/glossary/print.php?id=36&mode=letter&hook=G&sortkey&sortorder&offset=0&pagelimit=10>

UNICEF REGIONAL OFFICE FOR SOUTH ASIA. *Gender Equality: Glossary of Terms and Concepts*. 2017. Pp. 2. Consultado aos 12/03/2024 às 12:25. Disponível em:

<https://www.unicef.org/rosa/media/1761/file/Genderglossarytermsandconcepts.pdf>

WAYLEN, Georgina. *What Can Historical Institutionalism Offer Feminist Institutionalists?*

Manchester: The University of Manchester. 2009. Pp. Consultado aos 03/03/2024 às 12:25.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228388907_What_Can_Historical_Institutionalism_Offer_Feminist_Institutionalists

_____. *Informal Institutions, Institutional Change, and Gender Equality*. Utah:

University of Utah. *Political Research Quarterly*, 67(1). 2014. Pp. 212-223. Consultado aos

25/02/2025 às 16:25. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Waylen-Georgina-2/publication/275808598_Informal_Institutions_Institutional_Change_and_Gender_Equality/links/560e601408aec422d1114efb/Informal-Institutions-Institutional-Change-and-Gender-](https://www.researchgate.net/profile/Waylen-Georgina-2/publication/275808598_Informal_Institutions_Institutional_Change_and_Gender_Equality/links/560e601408aec422d1114efb/Informal-Institutions-Institutional-Change-and-Gender-Equality.pdf)

[Equality.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Waylen-Georgina-2/publication/275808598_Informal_Institutions_Institutional_Change_and_Gender_Equality/links/560e601408aec422d1114efb/Informal-Institutions-Institutional-Change-and-Gender-Equality.pdf)

ZIMBA, Benigna. *As rotas da Rainha Achivanjila: género e resistência à escravatura no norte de Moçambique, finais do século XIX e princípios do século XX*. Lisboa: RILP - Revista

Internacional em Língua Portuguesa – n. 28/29. 2025. Pp. 219-235. Consultado aos 27/02/2024

às 07:20. Disponível em:

https://aulp.org/wp-content/uploads/2019/01/RILP2015_ONLINE_SITE.pdf

C. Legislação

MOÇAMBIQUE. Constituição da República de Moçambique de 1975. Imprensa Nacional de Moçambique. Art.º 17.º

_____. Constituição da República de Moçambique de 1990. Imprensa Nacional de Moçambique. Art.º 67.º

_____. Constituição da República de Moçambique de 2004. Imprensa Nacional de Moçambique. Art.º 36.º

D. Documentos Internos dos Partidos Políticos

FRELIMO. *Estatutos do Partido Frelimo*. Aprovados no X Congresso, 2012. Maputo: Partido Frelimo, 2012.

_____. *Estatutos do Partido Frelimo*. Aprovados no XII Congresso, 2023. Maputo: Partido Frelimo, 2023.

MDM. *Estatutos do Movimento Democrático de Moçambique*. Publicados no *Boletim da República*, N.º 65, III Série, de 06 de abril de 2021. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2013.

RENAMO. *Estatutos da Resistência Nacional Moçambicana*. Publicados no *Boletim da República*, N.º 40, III Série, de 21 de maio de 2013. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2013.

_____. *Estatutos da Resistência Nacional Moçambicana*. Aprovados no Congresso de 2019. Maputo: Renamo, 2019.

9. Anexos

Anexo 1 – Guião de Entrevista

O presente guião de entrevista foi elaborado para efeitos de recolha de dados no âmbito da pesquisa desenvolvida pela estudante finalista do curso de Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane, **Hortência Fernando Franco**, com o tema “**Partidos políticos e seu papel na promoção de igualdade de género em Moçambique: uma análise a partir da composição e actuação das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 1994 - 2024**”.

Serão entrevistados homens e mulheres militantes dos partidos Frelimo, Renamo e MDM e membros das respectivas comissões políticas.

Questões para entrevistas a membros (antigos ou actuais) das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM.

1. PERFIL SÓCIODEMOGRÁFICO:

- a. Género (homem, mulher, outro)?
- b. Idade?
- c. Estado Civil?
- d. Nível académico ou habilitações literárias? Profissão?

2. SOBRE A MILITÂNCIA PARTIDÁRIA:

- a. Interesse por política e militância político partidária.
 - Como chega a interessar-se pela política em geral e o que o/a atraiu a militância político-partidária em relação a outras formas de participação política?
 - Como foi tomar a decisão de engajamento político para a sua família e outras pessoas com as quais interagiu no seu meio?
 - O que diria que tem lhe dado mais satisfação na vida política?
- b. Roteiro e trajectória política.
 - Fez parte antes de algum outro partido político diferente do actual?
 - Se sim, qual, por quanto tempo militou, qual foi o seu trajecto e o que motivou a mudança de partido?
 - Há quantos anos milita no seu partido actual?
 - O que lhe fez optar pelo seu partido actual em relação a outros existentes, se aplicável?
 - Qual tem sido o seu trajecto dentro do seu partido actual, que responsabilidades já assumiu, de que grupos fez parte e por quanto tempo?

- Como tem sido a sua experiência de engajamento político e gestão da vida pessoal e privada (cuidados da família, negócios, etc.)?
- 3. SOBRE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA VIDA POLÍTICA:**
- a. Como vê a dinâmica de participação política de mulheres e homens no seu partido?
 - b. Quais são os incentivos e obstáculos no caminho para que mulheres participem activamente e como diferem dos homens?
- 4. SOBRE A COMISSÃO POLÍTICA:**
- a. Qual é a história de criação da comissão política do seu partido?
 - Quantas comissões o seu partido já teve até a data? Qual é a duração da sua vigência?
 - Como são escolhidos os membros das comissões políticas? Por nomeação? Se sim, quem nomeia? Com base em que critérios?
 - Qual pensa ser o perfil dos militantes que chegam a membros da comissão política?
 - Como a comissão política se relaciona com os outros órgãos do partido? Por exemplo, as ligas femininas, ligas da juventude, comité ou conselho nacional e outros?
 - Há algum processo de auscultação das bases sociais para a tomada de decisão pela comissão política? Como é que este processo acontece?
 - Que instrumentos regem/orientam a formação e actuação das comissões políticas? (por exemplo, estatutos, regulamentos internos, etc.)
 - Quantos homens e mulheres tem a comissão política do seu partido actualmente?
- 5. SOBRE GÉNERO NA COMISSÃO POLÍTICA:**
- a. Como entende/interpreta o conceito de igualdade de género?
 - b. Interessa ao seu partido, em particular a comissão política, a promoção de igualdade de género a nível interno?
 - Se não ou se sim, por que razão?
 - Ainda, se sim, existe algum critério ou mecanismo (documento ou estratégia) que promova a igualdade de género dentro do seu partido político e, em particular, da comissão política? Se não, por que razão?
 - Se sim, quais são e como têm sido materializados?
 - Ainda, se sim, qual tem sido o impacto desses critérios ou mecanismos na promoção de igualdade de género a nível interno?

- c. Ao longo dos anos, as mulheres têm representado a minoria na comissão política. Em contraste com a sua presença por exemplo na mobilização eleitoral. Por que razão acredita que tal se verifica?
 - O que pensa sobre os caminhos para homens e mulheres para entrar na comissão política? Há alguma diferença nas oportunidades e desafios?

6. FECHO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

- a. Como membro da comissão política, como descreve o seu contributo para o processo de tomada de decisões que promovam os direitos das mulheres? Será este um tema constante da mesa de discussão?
- b. Se pudesse mudar/melhorar algum aspecto na participação das mulheres na comissão política do seu partido, o que faria?
- c. Para homens – o que envisionsa sobre a participação das mulheres?

Anexo 2 – Formulário de Consentimento Informado

Eu _____, aceito de livre e espontânea vontade participar na presente pesquisa com o tema “**Partidos políticos e seu papel na promoção de igualdade de género em Moçambique: uma análise a partir da composição e actuação das comissões políticas da Frelimo, Renamo e MDM entre 1994 – 2024**”.

Compreendo que a minha participação insere-se no âmbito da pesquisa desenvolvida pela estudante finalista do curso de Ciência Política pela Universidade Eduardo Mondlane, **Hortência Fernando Franco**, com o propósito de recolha de dados a serem inseridos no Trabalho de Conclusão de Curso e para a defesa final.

Desta feita, estou ciente de que as informações por mim providenciadas, poderão ser divulgadas, todavia, se eu assim preferir, com vista a preservação da minha identidade, esta será codificada. Sabendo disto, autorizo a gravação da entrevista constando que após a sua utilização, a mesma será eliminada e não servirá para outros fins.

De acordo com os esclarecimentos prestados, o meu consentimento informado se dá através de assinatura deste documento.

Entrevistado/a

Entrevistadora

Maputo, _____ de _____ de 20____

Anexo 3 – Tabela Nominal de composição das Comissões Políticas Nacionais

Tabela Nominal de composição das Comissões Políticas Nacionais			
Frelimo, Renamo e MDM de 2014 - 2024			
#	Frelimo (2012-2017) X Congresso 2012 (Pemba)	HOMENS	MULHERES
1		Armando Guebuza – <i>PR do partido</i>	Verónica Macamo
2		Filipe Paunde – <i>SG do partido (membro por inerência)</i>	Alcinda de Abreu
3		Alberto Chipande	Margarida Talapa
4		Eduardo Mulémbwè	Esperança Bias
5		Eneas Comiche	Conceita Sortane
6		Raimundo Pachinuapa	Lucília Hama
7		Sérgio Pantie	
8		Alberto Vaquina	
9		Carvalho Muaria	
10		Cadmiel Muthemba	
11		Aires Ali – <i>Primeiro Ministro do Governo (membro por inerência)</i>	
12		José Pacheco – SG do Comité de Verificação <i>(membro por inerência)</i>	
Total 18 (Frelimo 2012-2017)		12	6
#	Frelimo (2017-2022) XI Congresso 2017 (Matola)	HOMENS	MULHERES
1		Filipe Nyusi – <i>PR do partido</i>	Verónica Macamo
2		Roque Silva – <i>SG do partido (membro por inerência)</i>	Alcinda de Abreu
3		Alberto Chipande	Margarida Talapa
4		Filipe Paunde	Conceita Sortane
5		Eduardo Mulémbwè	Ana Rita Sithole
6		Eneas Comiche	Nyeleti Mondlane

7		Raimundo Pachinuapa	
8		Sérgio Pantie	
9		Manuel Tomé	
10		Tomaz Salomão	
11		Aires Ali	
12		Carlos do Rosário	
13		Jaime Monteiro	
14		Raimundo Diomba – <i>SG do Comité de Verificação do Partido (membro por inerência)</i>	
Total 20 (Frelimo 2017-2022)		14	6
#		HOMENS	MULHERES
1		Filipe Nyusi – <i>PR do partido</i>	Verónica Macamo
2		Roque Silva – <i>SG do partido (membro por inerência)</i>	Alcinda de Abreu
3	Frelimo (2022-2025)	Alberto Chipande	Margarida Talapa
4	XII Congresso 2022 (Matola)	Eneas Comiche	Esperança Bias
5		Manuel Tomé	Nyeleti Mondlane
6		Tomaz Salomão	Ana Comoana – <i>SG do Comité de Verificação do Partido (membro por inerência)</i>
7		Aires Ali	Amélia Muendane
8		Fernando Faustino	
9		Damião José	
10		Francisco Mucanheia	
11		Celso Correia	
Total 18 (Frelimo 2022-2025)		11	7
#		HOMENS	MULHERES
1		Afonso Dhlakama – <i>PR do partido</i>	Gania Mussagy
2	Renamo (2009-2019)	Manuel Bissopo – <i>SG do partido (membro por inerência)</i>	Maria Angelina Dique
	V Congresso 2009 (Nampula)		

3		Ossufo Momade	Catarina Salomão
4		Alfredo Magumisse	Maria Ivone Soares
5		Fernando Lavieque	
6		Mario Naula	
7		Albino Muchanga	
8		Mustagibo Bashir	
9		Manuel Pereira	
Total 13 (Renamo 2009-2019)		9	4
#	Renamo (2019-2024) VI Congresso 2019 (Gorongosa)	HOMENS	MULHERES
1		Ossufo Momade – PR do partido	Gania Mussagy
2		André Majibire – SG do partido (membro por inerência)	Catarina Salomão
3		Alfredo Magumisse	Maria Angelina Dique
4		Mustagibo Bashir	Lúcia Afate
5		Fidel Saide	
6		Gerônimo Malagueta	
7		Bento Mavie	
8		Hermínio Moraes	
9		Samuel Manjate	
10		Fernando Lavieque	
11		David Gomez	
12		Josefa de Sousa	
Total 16 (Renamo 2019-2024)		12	4
#	Renamo (2024-Presente)	HOMENS	MULHERES
1		Ossufo Momade – PR do partido	Maria Angelina Dique
2		Fernando Lavieque	Lúcia Afate
3		Hermínio Tavera Moraes	Maria Cipriano
4		Jerónimo Malagueta Nalia	Ofélia Mário
5		Saide Fide	Clementina Bomba – SG do Partido (membro por inerência)

6	VII Congresso 2024 (Alto Molócuè (Zambézia))	Bento Mavie	Maria Cachite – <i>PR da Liga Feminina (membro por inerência)</i>
7		Samuel Mandjate	
8		Juliano Victoria Picado	
9		Manuel Alex Macuane	
10		Camilo Ali A. Mussagy	
11		José Manteigas Gabriel – <i>PR da Mesa do Conselho Nacional (membro por inerência)</i>	
12		Arnaldo Chalaua – <i>PR do Conselho Jurisdicional (membro por inerência)</i>	
13		Victor Viandro Mudivila – <i>PR da ACOLDE (membro por inerência)</i>	
14		Ivan Mazanga – <i>PR da Liga da Juventude (membro por inerência)</i>	
15		Marcial Macome – <i>Porta-voz do Partido (membro por inerência)</i>	
Total 21 (Renamo 2024-Presente)		15	6
#	MDM (2010-2012)	HOMENS	MULHERES
1		Daviz Simango – <i>PR do partido</i>	Alcinda da Conceição
2		Luís Boavida Mudivela – <i>SG do partido (membro por inerência)</i>	Ivete Fernandes
3		Abdul Rahimo Satar	
4		Agostinho Ussore	
5		Lutero Simango	
6		Albano Carige António	
7		Domingos Chale	
8		Eduardo Eloy	
9		Geraldo Carvalho	
10	José Domingos Manuel		

11		José Horácio Lobo	
Total 13 (MDM 2010-2012)		11	2
#	MDM (2013-2017)	HOMENS	MULHERES
1		Daviz Simango – PR do partido	Alcinda da Conceição
2		Luís Boavida Mudivela – SG do partido (membro por inerência)	Maria Moreno Cuna
3		Abdul Rahimo Satar	Clara Romão Mateus Antunes
4		Agostinho Ussore	Judite Siteo Macuácua – PR da Liga Nacional da Mulher
5		Albano Carige António	Verónica A. Valoi Muzila
6		Alberto Nota Alfredo	
7		José Domingos Manuel	
8		Lutero Simango	
9		Lourenço Impissa	
10		Mahamudo Amurane	
11		Venâncio Bila Mondlane	
Total 16 (MDM 2013-2017)		11	5
#	MDM (2018-2020)	HOMENS	MULHERES
1		Daviz Simango – PR do partido	Alcinda da Conceição
2		José Domingos Manuel – SG do partido (membro por inerência)	Catarina Albertina Ratipo
3		Abdul Rahimo Satar	Maria Virgínia Fernando
4		Agostinho Ussore	Judite Siteo Macuácua – PR da Liga Nacional da Mulher
5		Albano Carige António	
6		Alberto Nota Alfredo	
7		Lourenço da Silva F. Impissa	
8		Luís Boavida Mudivela	

9		Carlos Saide	
10		Raimundo Pitágoras Lauma	
11		Elias Valente Langa	
12		Celestino Bento	
13		Lutero Simango	
14		Mahamudo Amurane	
15		Venâncio Bila Mondlane	
Total 19 (MDM 2018-2020)		15	4
#	MDM (2021)	HOMENS	MULHERES
1		José Domingos Manuel – SG do partido (membro por inerência)	Catarina Albertina Ratipo
2		Albano Carige António	Judite Siteo Macuácuá – PR da Liga Nacional da Mulher
3		Alberto Nota Alfredo	Maria Virgínia Fernando
4		Carlos Saíde Chaure	
5		Celestino Bento	
6		Elias Valente Langa	
7		Elísio José Pereira de Freitas	
8		Lourenço da Silva F. Impissa	
9		Luís Boaventura Mudivela	
10		Lutero Simango	
11		Raimundo Pitágoras Lauma	
12		Renato Tomás Muelega – PR da Liga Nacional da Juventude	
Total 15 (MDM 2021)		12	3
#		HOMENS	MULHERES
1		Lutero Simango	Leonor Lopes de Sousa – SG do partido (membro por inerência)

2	MDM (2022-2024)		Judite Siteo Macuácuá – <i>PR da Liga Nacional da Mulher</i>
3		Albano Carige António	Maria Virgínia Fernando
4		Celestino Bento	Zaida José Milato
5		Elias Valente Langa	Catarina Albertina Ratipo
6		Elísio José Pereira de Freitas	
7		José Domingos Manuel	
8		Marcelino José Gemo Marrengula	
9		Renato Tomás Muelega – <i>PR da Liga Nacional da Juventude</i>	
10		Vasco Saide Napaua	
Total 15 (MDM 2022-2024)		10	5